

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Governo não propõe nada para melhorar o Orçamento" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco regula exclusão de juros e multa para derrotados no Carf por voto de qualidade
..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém Imposto de Renda sobre repatriação de offshore 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo libera R\$ 93,1 bi para precatórios 8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Tesoura seletiva 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Orçamento pronto para votação em plenário 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma cria consciência fiscal" 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC garante cortes da Selic até março 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula, o PT e as agências de risco - CELSO MING 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise de renúncias fiscais será prioridade, diz TCU 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Centrão intensifica pressão por mais vagas no Ministério 20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma podia ampliar simplificação, mas é muito melhor que modelo atual", diz Appy
..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desigualdades e incentivos na reforma tributária 25

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova projeto que regulamenta bets e retoma autorização para cassinos online
..... 26

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Assunto #1.113: A reforma tributária, enfim, na Constituição 28

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crescimento da economia surpreende, mas cenário não deve se repetir no ano que vem
..... 29

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O primeiro ano do governo Lula sob análise 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar de incertezas, segundo ano do governo Lula começará com perspectiva positiva para o
real
..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - EU
POLÍTICA

Os arautos do novo reformismo - RES PUBLICA 37

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Mais dívidas para Estados e municípios (Editorial) 40

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Comissão mista aprova fundo eleitoral recorde, de R\$ 4,9 bilhões, para 2024 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

UE fecha acordo para reduzir déficit e conter dívida 44

"Governo não propõe nada para melhorar o Orçamento"

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP

ENTREVISTA: Rodrigo Maia, Ex-presidente da Câmara, hoje dirige a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, cobra do governo a apresentação urgente de uma proposta de reforma do Orçamento.

Ao Estadão, Maia defendeu a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e uma lei complementar para o País sair do impasse que vive hoje: o governo, de um lado, não tem base "para valer" e, junto com o Congresso, quer gastar mais. De outro lado, o Congresso e a sociedade não querem aumentar a carga de **impostos**. A conta não fecha, disse.

"Acabou o primeiro ano; o governo reclamou, diz que deu muita emenda, diz que fez isso e aquilo, mas até agora não apresentou qual seria o novo marco de finanças públicas, da lei orçamentária para o Brasil.

Fizemos a crítica à RP9 (emendas de relator do chamado orçamento secreto), culpou-se o Bolsonaro e não vai ter nenhuma proposta concreta (no lugar)?" questionou.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

A pauta econômica está passando no Congresso, mas desidratada e com um custo muito elevado. Qual a consequência?

O (presidente) Lula resolveu não formar um governo de coalizão mesmo sem ter maioria.

Não ter uma coalizão para valer gera uma grande dependência dos parlamentares, somada às emendas que acabam gerando um não comprometimento dos partidos ou dos parlamentares com o governo. Temos um governo sem base. Os ministérios, da forma como se organizou, não geram comprometimento dos partidos, senadores e deputados. Cada votação é um conflito. Do ponto de vista da economia, construiu-se um arcabouço que não olha o lado da despesa. O que vai precisar é de aumento real das receitas.

Que o Congresso não quer dar?

O Parlamento de hoje é muito parecido com o do passado.

Ele não está disposto a dar ao governo elevação da carga tributária.

Nem para este e nem para nenhum. O governo anuncia todos os dias nas suas redes sociais, via seus ministros, programas novos, expansão de gastos. Não estimula o Parlamento a ter posição diferente.

Estamos num impasse: o governo não tem base para valer e tem uma vontade, junto com o Parlamento, expansionista no gasto. E de outro lado, há uma limitação ao aumento da carga tributária. A conta não vai fechar. Já não fechou. As projeções que se fizeram de julgamentos de arrecadação de PIS/Cofins de bancos, de **Carf**, da MP da subvenção, são muito diferentes da realidade.

Essas projeções foram superestimadas?

Elas atrapalharam, porque o (ministro da Fazenda, Fernando) Haddad deve ter trabalhado com o crescimento das despesas baseado num volume de arrecadação que está frustrado por muitos bilhões, não é por pouco. Fora que há muita reclamação do governo sobre o Orçamento público, mas ninguém propõe nada para botar no lugar. Qual é a proposta do governo Lula para o Orçamento público? Como é que resolve o problema mantendo o poder dos parlamentares, mas voltando a respeitar as políticas públicas do governo eleito?

Esse é o grande problema.

Temos um governo eleito em que as políticas públicas dele não têm financiamento no próprio Orçamento público. Não faz sentido essa passagem (do dinheiro do Orçamento federal) por Brasília se tem um descasamento.

Acabou o primeiro ano, o governo reclamou, diz que deu muita emenda, diz que fez isso e aquilo, mas até agora o governo não apresentou qual seria o novo marco de finanças públicas, da lei orçamentária para o Brasil. Fizemos a crítica à RP9 (emendas de relator do

chamado orçamento secreto), culpou-se o Bolsonaro e não vai ter nenhuma proposta concreta (no lugar)?

Quem poderia apresentar essa proposta?

O governo pode. Fizemos um trabalho lá atrás com a consultoria da Câmara, com apoio inclusive do Paulo Bijos (secretário de Orçamento Federal), que hoje está no governo. Saiu uma PEC e uma lei complementar.

É uma boa base de debate. Ela reorganiza, faz um Orçamento de médio prazo e transforma as emendas via comissão temática para ter um debate técnico.

É um erro o governo dizer: "ah, os deputados estão com poder demais". O que está errado é que há uma divergência entre a política pública que o governo apresenta e a execução do Orçamento.

O Orçamento está com dois caminhos.

De que forma se poderia unir os dois caminhos?

Pelas comissões temáticas, dentro dos programas de governo, o parlamentar indica (a emenda). O Parlamento, dentro das propostas do governo, pode propor mudanças. O que não pode é o parlamentar ter emendas que não sejam aprovadas pelo governo.

Como fica o chamado "empoderamento" que os parlamentares conseguiram com as emendas? Desfilar na sua cidade, por exemplo, com o trator que conseguiu com sua emenda?

Ele vai continuar empoderado.

Isso é uma besteira! Ele já passou com o trator antes. Só que não com o volume que ele está passeando hoje.

O sr. conversou com Lira. O que ele acha dessa reforma orçamentária?

Estou falando para fazer um grande debate no Brasil. Não é uma questão que vai resolver da noite para o dia, mas tem que começar o debate. Não é uma coisa simples.

"Fizemos a crítica à RP9 (emendas de relator do chamado orçamento secreto), culpou-se o Bolsonaro, mas o governo não apresenta nenhuma proposta concreta (no lugar)?"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Fisco regula exclusão de juros e multa para derrotados no Carf por voto de qualidade

Instrução Normativa

valor.globo.com/legislacao

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187747>

Carf mantém Imposto de Renda sobre repatriação de offshore

Fernando Teixeira Para o Valor, de São Paulo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** impôs uma derrota a contribuintes que aderiram ao Regime de Regularização Cambial e Tributária (RERCF) do ano de 2016 e optaram pela repatriação de cotas em empresas offshore. O órgão entendeu que incide Imposto de Renda (IR) sobre a variação cambial posterior referente a esses valores - e como rendimento, não ganho de capital.

Essa mudança de conceito implica um aumento no teto da alíquota de IR de 22,5% para até 27,5%. Ainda pode resultar na aplicação de multa de 125%, no caso de também ter havido omissão na declaração.

Especialistas avaliam que o precedente é grave porque autuações fiscais do tipo têm se tornado frequentes aos contribuintes que aderiram ao programa de 2016. Segundo dados divulgados pela **Receita Federal**, o RERCF registrou adesão de mais de 25 mil pessoas físicas e empresas e resultou na declaração de R\$ 170 bilhões em recursos no exterior, rendendo mais de R\$ 50 bilhões em **impostos** e multas para o caixa da União. Agora, as autuações sobre a variação cambial podem engordar a conta do governo.

A decisão da 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção do **Carf**, por maioria dos votos, trata de uma declaração de capital de mais de R\$ 1,2 bilhão na offshore West Pacific Investment Holding Inc., nas Bahamas. O valor declarado foi de US\$ 466 milhões, registrado em 25 de outubro de 2016, montante trazido ao Brasil em dez parcelas, entre 2016 e 2017 (Processo nº 12448.725560/2021-33).

"As devoluções de capital da West Pacific realizadas em outubro de 2016, no valor de US\$ 130 milhões, e nos meses de setembro a dezembro de 2017, no valor de US\$ 310 milhões, caracterizam acréscimo patrimonial tributável oriundo da variação cambial existente entre a data de regularização do ativo e das respectivas devoluções", diz a atuação da **Receita Federal**. Os "rendimentos obtidos no exterior" foram calculados pela Receita em mais de R\$ 177 milhões.

"Para que haja o benefício da extinção das obrigações tributárias seria necessária comprovação de correspondência inequívoca entre o fato gerador da

obrigação tributária e os bens e direitos regularizados, o que não ocorreu no lançamento [fiscal]", diz a decisão do **Carf**.

"Isso é uma coisa absurda! A gente adere ao programa, traz o dinheiro e depois toma uma multa", diz o investidor condenado pelo **Carf**, pedindo para não ser identificado. A primeira parcela dos recursos, diz ele, foi trazida exatamente para pagar as multas e encargos do programa de repatriação, como autorizado pela própria Receita. Depois, ele teria sido autuado sobre o mesmo valor.

Pela Lei nº 13.254, de 2016, a pessoa física que aderisse à repatriação deveria pagar 15% de IRPF e 15% de multa.

O advogado do caso, José Andrés Lopes da Costa, comenta que um dos problemas da autuação é a cumulação de multas, somando multa por omissão na declaração (50%) e a multa por lançamento de ofício pela Receita (75%). "Como a pessoa iria declarar se não sabia que incidiria imposto?", diz. O outro ponto, afirma, é a autuação misturar os conceitos de ganho de capital e rendimento.

Ele aponta uma contradição da **Receita Federal** porque o cálculo do Fisco foi feito como se fosse um ganho de capital-comparando o custo de aquisição com o de alienação -, mas sobre esse valor é aplicada a alíquota de rendimento. "Ganho de capital não é renda", resume Costa.

Para especialistas que acompanham o tema, a decisão é inédita e traz uma sinalização preocupante sobre o posicionamento do **Carf**. Um ponto criticado é a decisão do **Carf** reproduzir na íntegra a posição da **Receita Federal** na Solução de Consulta Cosit 678/2017. A norma, que orienta os fiscais do país, gerou polêmica na época por causa da "confusão de conceitos entre ganho de capital e rendimento".

Para Joanna Rezende, sócia da área de Wealth Planning do Velloza Advogados, o problema está nessa confusão. "A decisão conclui que na redução de capital da empresa offshore, ao invés de ter ganho de capital, há um rendimento ordinário. É como se estivesse dizendo que o contribuinte teve acesso a uma distribuição de dividendos", compara.

Ela afirma que conhece vários casos semelhantes. "Essa decisão é grave porque mostra o **Carf** se manifestando da mesma forma que a **Receita Federal**", diz. No caso, a autuação fiscal tem dois problemas, segundo ela: admite tributar a variação cambial em um investimento com valor original em dólar, e ainda trata esse ganho como rendimento.

A variação cambial é tratada na Lei das Offshore nº 14.754/2023 (leia abaixo), que adota posição contraditória à do **Carf**. "A variação cambial do principal aplicado nas controladas no exterior comporá o ganho de capital percebido pela pessoa física", diz o artigo 7o.

Na opinião do advogado Caio Cezar Malpighi, do Vaz, Buranello, Shingatti Oioli Advogados, a Lei 14.754 muda o cenário e institui a tributação da variação cambial do investimento em dólar. Mas, diz ele, pode servir de argumento para quem questiona na Justiça as autuações anteriores à sanção da lei.

Para Malpighi, a decisão do **Carf** cria um novo tipo de fato gerador para quem aderiu ao programa de repatriação. "Agora querem tributar o ganho cambial com a liquidação de investimento feito em moeda estrangeira", diz o tributarista.

O problema, afirma ele, é que na origem esses recursos já estavam em dólar, então não cabe tratar a variação cambial como ganho tributável. "O **Carf** incorreu em ilegalidade e violou a **legislação tributária** ao julgar como tributável o ganho de variação cambial no caso da devolução de capital de offshore cujo investimento foi realizado originalmente em moeda estrangeira".

Segundo Daniel Clarke, do Mann-rich e Vasconcelos Advogados, a decisão do **Carf** diz que a declaração dos recursos ao RERCT equivale à saída de recursos do Brasil, fazendo incidir IR sobre a variação cambial potencial. "Ao decidir dessa forma, permanece um cenário de insegurança jurídica para os contribuintes que aderiram ao programa", diz.

Para Clarke, a confusão de conceitos entre ganho de capital e renda pode levar o tema ao Judiciário. "Na manifestação da Receita na consulta de 2017, replicada em 2019, a posição foi muito criticada", diz.

"**Carf** incorreu em ilegalidade e violou a **legislação tributária**" Caio Malpighi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187747>

Governo libera R\$ 93,1 bi para precatórios

I LUCI RIBEIRO, FERNANDA TRISOTTO e EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 93,143 bilhões para regularizar o pagamento dos chamados precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais sobre as quais não há mais como recorrer) sem infringir as regras fiscais.

A MP foi publicada na noite de quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU), e determina que o recurso será aberto em favor dos ministérios da **Previdência Social**, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A possibilidade de usar o crédito extraordinário foi aberta depois que, em julgamento no fim de novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 9 votos a 1 que era inconstitucional medida aprovada em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro, que impôs um teto às despesas com precatórios até 2026.

Em defesa da derrubada desse limite, o Ministério da Fazenda alegou que as regras criaram uma "bola de neve" que poderia levar a um passivo de R\$ 199,9 bilhões até 2027 - o equivalente a 1,4% do **PIB** -, o que representaria mais um obstáculo para cumprir a promessa de equilibrar as contas públicas nos próximos anos.

Com o expediente do crédito extraordinário, o pagamento da dívida será feito fora do limite de gastos e sem afetar a meta fiscal. Esse sistema de abertura de crédito extraordinário valerá para os precatórios expedidos até o exercício de 2026.

A solução, apesar de positiva, não foi completa para a Fazenda. Em seu voto, o relator do caso, ministro Luiz Fux, não acatou pleito do governo visto como mais polêmico pelo mercado: o de permitir que parte dos valores com dívidas judiciais, relativa ao pagamento de juros e encargos, fosse tratada como despesa financeira - ou seja, fora dos limites do novo arcabouço fiscal. Por outro lado, ao autorizar novas regras para parte dos pagamentos, Fux conseguiu atenuar a preocupação da equipe econômica com a pressão fiscal exercida por esses montantes.

Em entrevista ontem, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a decisão do STF foi "a melhor medida possível".

Decisão Em novembro, STF derrubou medida que criava um "subteto" para a quitação dos precatórios

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Tesoura seletiva

GABRIEL SABÓIA. DIMITRIUS DANTAS E VICTORIA ABEL gabriel.sa.boia (ótoglobo.com.br BRASÍLIA

A Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso aprovou ontem a peça orçamentária da União para 2024 com um corte de R\$ 6 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) -uma das principais apostas do governo Lula-, a reserva de um valor recorde para as emendas parlamentares e um aumento de 96% do fundo eleitoral em relação à disputa municipal de 2020. A votação foi simbólica, ou seja, sem registro nominal por parte de deputados e senadores. O texto ainda precisa ser aprovado no plenário do Congresso, o que está previsto para hoje.

No projeto enviado ao Legislativo, o governo havia previsto R\$ 61,3 bilhões para o PAC. Em um primeiro momento, o relator da Proposta de Lei Orçamentária (PLOA), deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), fizera um corte de 27%, destinando R\$ 44,3 bilhões para o pacote de obras prioritário do Executivo. Com a iminência da derrota, o Palácio do Planalto entrou em campo para reverter a redução do montante, que acabou ficando em R\$ 55,4 bilhões.

- Houve uma série de acordos que possibilitam ao governo executar esse Orçamento. Tivemos batalha muito grande para manter recursos do PAC e pedimos ao relator um teto de corte de R\$ 6 bilhões- disse o deputado Carlos Zara-tini (PT-SP), durante a sessão.

Para fazer uma recomposição de R\$ 11,1 bilhões no PAC, o relator cortou verbas de outras áreas do governo e também usou uma "gordura" de R\$ 6,3 bilhões decorrente de um salário mínimo menor que o previsto no projeto original do Executivo. O salário mínimo deverá ser de R\$ 1.412, e não R\$ 1.421, porque a inflação está mais baixa. Assim, o Executivo gasta menos com a Previdência e outras despesas vinculadas ao mínimo.

CAMPANHAS TURBINADAS

Após as negociações, o valor final do PAC coincide com aquilo que o Planalto considerava "aceitável", de acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

- Não é o ideal, mas é aceitável -disse Randolfe ao GLOBO.

O texto aprovado pela CMO inflou os valores previstos para o fundo eleitoral em 2024, ano de eleições

municipais. No ano que vem o fundo para as campanhas contará com R\$ 4,96 bilhões. O valor é equivalente ao da eleição presidencial do ano passado e 96% maior que o de 2020, última campanha para prefeitos e vereadores, já em números corrigidos pela inflação. Na proposta enviada ao Congresso, o governo havia estipulado R\$ 939,3 milhões para o fundo. O acréscimo virá das emendas de bancada estaduais.

O valor foi apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários. Também conta com o endosso da maioria dos caciques de partidos. Mas enfrenta resistências no Senado, que costuma ter menos participação nas eleições municipais do que os deputados. Senadores defendem o montante de R\$ 2,5 bilhões, que seria o total de 2020 acrescido da inflação.

O fundo foi criado em 2017 para compensar a proibição de doações de empresas para financiamento das campanhas, determinada dois anos antes pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na primeira eleição sob esse modelo, a de 2018, o fundo contou com R\$ 1,7 bilhão.

O texto aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento também prevê o montante recorde de cerca de R\$ 50 bilhões para as emendas parlamentares, com aumento de quase R\$ 13 bilhões frente aos R\$ 37,64 bilhões propostos pelo governo federal.

Em meio à disputa entre o governo e o Congresso pelo controle do Orçamento, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o texto preparava "emboscadas" para a Presidência da República, por destinar mais dinheiro para os parlamentares empregarem em obras e programas em seus redutos eleitorais do que para áreas fundamentais.

- É um ajuntamento de última hora e mal feito. É uma bagunça orçamentária. Enquanto isso, reajuste zero para os servidores públicos. Trata-se de uma afronta ao Executivo, que é quem deve executar. O Legislativo não pode avançar nessas áreas - afirmou.

A presidente da CMO, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), se disse "aviltada" pelas palavras de Lindbergh.

- Vossa excelência está fazendo discurso para a

plateia. Mas, quando o PAC foi lançado, criticou os valores e divulgações. Vossa excelência desrespeita a todos os parlamentares com a sua frase.

De acordo com a proposta aprovada ontem, R\$ 16 bilhões do valor reservado para indicação dos parlamentares irão para as chamadas emendas de comissão. Inicialmente, a previsão era de o montante para esse tipo de emenda ficasse em torno de R\$ 11 bilhões. O texto define ainda R\$ 11,3 bilhões para as emendas de bancada e R\$ 25 bilhões para as individuais.

Outro programa prioritário do governo, o Minha Casa Minha Vida teve os valores previstos reduzidos: eram R\$ 13 bilhões e agora são R\$ 8,9 bilhões. Já o Bolsa Família passou intacto até o momento, com R\$ 170 bilhões, mesmo valor proposto pelo Executivo.

APELO EM VÃO

Na contramão do que acabou acontecendo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, havia feito um apelo, no mês passado, para que parlamentares enviassem recursos de suas emendas para turbinar o PAC. Em vez disso, congressistas propuseram remanejamentos orçamentários que diminuiriam em cerca de 15% os recursos para o programa e permitiriam que deputados e senadores indicassem novos destinos por meio de emendas de comissão. Assim, os parlamentares poderiam ter mais controle sobre a aplicação do dinheiro público.

Após o relator do Orçamento apresentar um parecer cortando quase um terço do valor original do PAC, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, entrou no circuito para tentar preservar os investimentos do programa.

Além do PAC, o Minha Casa Minha Vida, outra vitrine do governo, sofreu cortes

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento pronto para votação em plenário

ALINE BRITO, ÂNDREA MALCHER

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, ontem, o texto-base da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. A dois dias do início do recesso parlamentar - que começa amanhã -, os membros do colegiado votaram, de forma simbólica, o projeto que prevê, entre outras despesas, um aumento de 3,85% para o salário mínimo e de, aproximadamente, R\$ 5 bilhões para o Fundo Eleitoral. Todas as despesas previstas pela LOA somam R\$ 5,5 trilhões, a maior parte para o refinanciamento da dívida pública.

A votação do Orçamento estava prevista para começar às 9h, mas atrasou por impasses nas negociações entre o relator do projeto, deputado Luis Carlos Motta (PL-SP), e os parlamentares. A primeira versão do relatório não incorporou acordos firmados entre deputados e senadores do colegiado e ainda propôs um corte de R\$ 17 bilhões na verba do Novo PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento), principal vitrine do governo para aquecer a economia.

Parlamentares governistas chegaram a declarar descontentamento em relação ao corte no programa. Fontes ouvidas pelo Correio, nos bastidores da comissão, disseram que a LOA está "instalando o semipresidencialismo" no Brasil, em uma "clara invasão" do Legislativo nas prerrogativas do Executivo.

"Quarta-feira (na solenidade de promulgação da **reforma tributária**), enquanto (o presidente) Lula estava sendo aplaudido (no plenário da Câmara), estava sendo apunhalado pelas costas.

Estavam armando para Lula com esse Orçamento", queixou-se um deputado da base ouvido pela reportagem. "Tiraram o pouco que o presidente tinha para gastar", completou.

Com isso, deputados e senadores se reuniram na sala do colégio de líderes da CMO e cobraram, individualmente, o relator acerca dos acordos que não foram honrados no parecer. O governo entrou em campo para fortalecer a queda de braço da base aliada em favor da verba destinada ao PAC, um dos principais pontos de entrave na votação do Orçamento.

Após horas de negociação, que entraram pela tarde, o relator do Orçamento divulgou um complemento de voto incorporando alguns dos acertos firmados entre quatro paredes, incluindo a recomposição parcial do

PAC, que passou a ter um corte de, aproximadamente, R\$ 6 bilhões. Assim, o programa que engloba o Minha Casa, Minha Vida - um dos principais compromissos de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dentro da chamada "iniciativa de reconstrução nacional" - recuperou R\$ 11 bilhões, com o total de R\$ 54 bilhões para serem investidos em infraestrutura.

Essa recomposição foi possível depois de uma revisão no cálculo do aumento do salário mínimo. Segundo explicações dadas por integrantes da base do governo ao Correio, o salário estava sendo calculado em 0,6 ponto percentual acima do que deveria.

"A correção do salário mínimo será de 3,85%, e não de 4,48%, como previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 (PLN 29/2023). Por essa razão, foram revistas as despesas e as receitas vinculadas ao salário mínimo", explicou Luis Carlos Motta.

Fundo Eleitoral

Além disso, os valores destinados às emendas de bancada, emendas de comissão e ao Fundo Eleitoral travaram o início da sessão, que só ocorreu no fim da tarde de ontem, após mais de sete horas de negociações.

O relator manteve o aumento dos recursos destinados às emendas parlamentares, com um acréscimo de aproximadamente R\$ 11 bilhões em cima da proposta enviada pelo Executivo (R\$37,64 bilhões), somando R\$ 49 bilhões.

Nesse sentido, o governo articulou para que fossem retiradas as obrigadoriedades das verbas para comissões e, segundo líderes da base governista, o calendário de pagamento para as emendas de bancadas.

Em relação ao Fundo Eleitoral, ainda não está claro de onde serão retirados os R\$ 4,9 bilhões previstos no Orçamento para as campanhas municipais de 2024. O valor proposto pelo governo para o "fundão", como é chamado, era de R\$ 939,2 milhões, mas o texto aprovado contemplou um valor 145% maior que o gasto nas eleições municipais de 2020 e o mesmo destinado às eleições gerais do ano passado. O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi um dos que se colocaram contra o aumento, já que, segundo assessores próximos ao senador, ele não "vê sentido no pleito municipal ter o

mesmo recurso que as eleições federais". Provavelmente, esses bilhões serão retirados das emendas de bancadas estaduais, chamadas de RP7.

Mesmo com todos os gastos, o relator manteve a meta fiscal de deficit zero, mas existe um intervalo de tolerância de R\$ 28,8 bilhões para mais ou para menos, de acordo com o que estiver fixado pelo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas. Essa margem contempla as expectativas de Lula, que falou publicamente sobre a dificuldade de manter a meta zero para o deficit público.

"Estou com a minha consciência tranquila. Tive várias reuniões com o governo, conversamos entre os relatores.

Muitos que estão aqui foram contemplados com emendas setoriais, de bancadas. Fiz mais de 100 reuniões, então estou muito tranquilo com esse relatório", disse o relator da LOA.

Depois das negociações, o colegiado aprovou o texto e votou, em separado, os mais de 130 destaques. Em relação aos destaques, incluindo os que ainda não haviam acordo, o consentimento foi construído durante a votação no plenário da CMO. Agora, o Orçamento segue para votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, que estava prevista para ocorrer ontem, logo após o fim das discussões na Comissão, mas, por conta do atraso, foi adiada para hoje.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Plenário do Congresso vota Orçamento com destaque para o Fundo Eleitoral

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/22/all.pdf>

"Reforma cria consciência fiscal"

Isabel Dourado*

Entrevista | REGINALDO LOPES | DEPUTADO FEDERAL

Promulgada pelo Congresso Nacional em sessão solene, na quarta-feira (20/12), a **reforma tributária** passou por uma série de negociações entre Câmara dos Deputados e Senado Federal até ser aprovada. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que coordenou o grupo de trabalho da reforma, participou, ontem, do CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília. Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, o parlamentar comemorou a promulgação da reforma, que ficou quase três décadas em debate: "É uma vitória, é uma reforma do Estado brasileiro". O deputado também salientou que o novo modelo vai melhorar a vida dos brasileiros, com um sistema de **impostos** que vai proporcionar um ganho de eficiência produtiva para os setores econômicos do país. O parlamentar lembrou ainda a importância do alinhamento político com a Câmara dos Deputados, o Senado, os ministros e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que a aprovação do texto fosse bem-sucedida. Ele destacou ainda o papel do presidente Arthur Lira e do presidente Rodrigo Pacheco na construção do acordo.

O que significa essa **reforma tributária** para os brasileiros?

É um marco, é um fato histórico, é a reforma mais estruturante pós-redemocratização do país, todas as outras eram muito conjunturais. E qual é o benefício para a sociedade? Nós vamos conectar o Brasil com o sistema tributário mundial. Cerca de 95% dos outros países têm o regime de imposto a partir do sistema de débito e crédito, do sistema de cobrar imposto de valor adicionado, e não no valor acumulado.

Cobrar imposto do valor acumulado transformou o Brasil numa República primário-exportadora, ou seja, o meio da cadeia não creditava (o que foi pago) para a etapa seguinte de produção. Então, o sistema tributário impôs ao Brasil vender produtos e serviços mais caros ao povo brasileiro. E, com isso, os importados chegaram na economia brasileira e destruíram as indústrias nacionais. O Brasil já teve 4% do **PIB** do mundo e, agora, tem 2.2% do **PIB**. Mudar esse regime tributário significa tirar 80% do custo de produção do país, significa que nós vamos exportar com o valor agregado, com inovação, com tecnologia.

Isso resultará, nos nossos cálculos, nos próximos dez anos, 12 milhões de novos empregos para o povo brasileiro. Também vai ajudar muito a trajetória da dívida e do equilíbrio fiscal dos municípios, dos estados e da União.

Isso significa, no mínimo, R\$ 6 mil de aumento na renda per capita do povo brasileiro, que hoje tem uma renda per capita menor que a do povo da China.

Na sessão solene de quarta-feira, todos destacaram o trabalho coletivo, a discussão democrática. Houve, realmente, essa colaboração?

Depois de 40 anos, eu costumo dizer que nós encontramos as principais respostas para as principais perguntas. Podemos até não gostar das respostas, mas nós respondemos. Por isso conseguimos a aprovação da primeira reforma (tributária) no regime democrático, houve um alinhamento político interessante, estratégico.

Quero ressaltar a liderança do presidente (da Câmara), Arthur Lira, e a liderança do presidente (do Senado), Rodrigo Pacheco.

Nós buscamos, também, pela primeira vez, o alinhamento por dentro do governo federal. O presidente Lula patrocinou a reforma, e o ministro Fernando Haddad coordenou, porque, se não tiver um coordenador, 40 ministros falando ao mesmo tempo sobre o mesmo tema dispersa muito as energias. Houve, também, um alinhamento estratégico de todos os setores produtivos, do comércio, do agro, da indústria e do turismo.

De fato, é uma vitória, é uma reforma do Estado brasileiro.

O sistema que o Congresso enterrou nesta semana foi uma das causas das dificuldades fiscais que estados, como Minas Gerais, estão enfrentando?

É. E a União tem responsabilidade na dívida bilionária de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Goiás. Eu vou dar um exemplo chocante: Em 2000, esses estados deviam à União R\$ 160 bilhões. Pagaram, até 2023, R\$ 645 bilhões e ainda devem R\$ 800 bilhões. É juro composto.

Tem uma responsabilidade do Brasil não ter feito uma **reforma tributária** antes, porque, para tirar um

imposto da origem onde emite a nota fiscal e passar para o destino, era importante fazer a **reforma tributária**. Quando desoneraram as exportações desses estados para ganhar o mercado internacional, deveriam ter mudado o imposto para o destino, mas não mudaram. E pior, a União também não pagou, deu calote nos estados, e foi aumentando o endividamento.

Com a cobrança de **impostos** no destino, estados como os do Centro-Oeste estão preocupados. Como é que o senhor vê essa questão?

Não tem erro nenhum. Só tem jeito de garantir crédito pleno, ou seja, creditar as etapas anteriores para a etapa final para não ter cumulatividade tributária, que é com um comitê, uma agência centralizadora dessa arrecadação.

Esse comitê gestor tem esse papel, centralizar a arrecadação e fazer a partilha, definir o destino dessa arrecadação e devolver os créditos para os setores produtivos que, porventura, tenham crédito a receber.

Isso é mais um avanço dessa reforma?

Ela tem uma característica de simplificação porque é uma única legislação, um comitê único de arrecadação, mas a reforma corrige enormes distorções. A distorção da origem para o destino; a distorção de não cobrar do valor acumulado, só do valor adicionado; a distorção de não cobrar um imposto escondido, um imposto por dentro, mas um imposto por fora. Um cidadão, ao chegar num supermercado e comprar um copo, vai saber qual é o preço do copo e qual é o preço do imposto, por fora. A transparência é o melhor desinfetante, que cria consciência cidadã, consciência fiscal, porque quem mais paga **impostos** no Brasil são os mais pobres, pessoas que ganham até dois salários mínimos e gastam 100% dos seus recursos com mercadoria.

A reforma precisa ser regulamentada. Há prazo para isso? O presidente Arthur Lira quer tudo aprovado no primeiro semestre do ano que vem, que é a janela antes da eleição municipal. É possível?

Sim, mas acho que temos que criar seis grupos por temas, por setores, modelos de negócio que exigem um tratamento diferenciado na aplicação do IVA, sistema financeiro, setor imobiliário, cooperativismo.

Modelo de negócio exige uma legislação específica, tratamento diferenciado aos setores que vão ter a alíquota reduzida.

Nós vamos ter quatro alíquotas.

A padrão é para todos. A alíquota intermediária é para os profissionais liberais. A reduzida, para serviços de cadeia curta, que não gera muito crédito tributário.

Se aplicarmos a alíquota padrão para todos, teria aumento de preço para o cidadão. Por isso é que, para educação, saúde e transporte coletivo, nós fizemos a alíquota reduzida e alíquota zero. É a primeira vez que o povo brasileiro vai ter acesso à alimentação, à cesta básica sem nenhuma alíquota tributária.

E mais: vamos criar a cesta básica nacional. Tem alimentos, que hoje estão previstos na cesta básica - 1,3 mil produtos -, que nós vamos colocar uma alíquota reduzida de 60%. Para aquela mãe negra, solo, que tem três filhos, ou a família que tem uma renda per capita pequena, nós vamos devolver o imposto, criar o cashback. Esse cidadão que não sabia que estava pagando imposto vai ter consciência de que está pagando e que vai receber de volta, no crédito ou no pix, na hora.

Há muita gente dizendo que essa reforma vai demorar para entrar em vigor, há uma transição que vai até 2032. Só lá é que a população vai sentir os efeitos da reforma?

Os efeitos já ocorreram no primeiro turno (da votação), em 7 de julho. No dia seguinte, começamos a mudar a nota de risco do país, e o Brasil passou a ser, neste ano, o segundo país que mais atraiu investimento internacional.

Isso só com a aprovação na Câmara dos Deputados. O Brasil vai retornar ao grau de investimento.

O resultado já ocorre na prática.

Todos os estados, inclusive os produtores, apoiaram a reforma, tiveram uma consciência cidadã.

O senhor falou que todos os governadores apoiaram, mas Ronaldo Caiado, de Goiás, foi contra.

Mas, no final, ele falou que acatava as decisões da maioria.

Ele fez um bom combate, mas, de fato, nós criamos uma política de desenvolvimento regional muito mais interessante porque Goiás ainda foi, entre aspas, bem-sucedido nos incentivos fiscais. Nós tiramos dos governadores o incentivo fiscal porque, se o imposto é no destino, o estado pode isentar o imposto dele, mas não isenta o imposto de terceiros. O que nós colocamos no lugar é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com R\$ 60 bilhões. Com esse fundo, nós vamos dar uniformidade ao país. Os governadores também terão recursos para atração de

novos investimentos, mas para potencializar as locações locais. Vão poder, inclusive, dar incentivo orçamentário com transparência. Toda a sociedade vai saber de onde (sai o dinheiro) e como aquele setor está ganhando aquele benefício. E ele não vai perder a capacidade de investimento e arrecadação.

Falando em União, governo e Congresso debatem o Orçamento de 2024. Há uma briga grande em relação às emendas parlamentares, com possíveis cortes no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O governo vai perder essa disputa?

Nós vamos ter que fazer um freio de arrumação nas emendas parlamentares. Elas são legítimas, são legais, mas vamos ter que combinar a alocação dessas emendas com um projeto de país. Porque, por mais legítimas e legais que sejam, elas não dão conta do todo. Nós temos que ter PAC, um projeto estruturante para o país. O investimento público é importante, mas não é mais importante que o investimento privado.

Mas os deputados não querem, acham que, ao colocar dinheiro no PAC, estarão ajudando os candidatos do PT. Como isso será tratado?

Eu sou de uma região que tem vários deputados. Tem ações que, se não tiver uma unidade - por exemplo, para recuperar uma rodovia -, é ilusão achar que vão conseguir fazer isso com emenda parlamentar.

Na promulgação da reforma, teve briga no plenário, Washington Quaquá (PT-RJ) deu um tapa no rosto de Messias Donato (Republicanos-ES).

Como vai ficar essa história?

Nós temos que melhorar os nossos relacionamentos. Governo e oposição, ambos têm responsabilidade com a reconstrução do país. E nós temos que respeitar o Parlamento. Naquele momento, estávamos promulgando uma das mais importantes reformas estruturantes para a economia brasileira.

Eu jamais acho que a polícia deve ser feita por memes, por dancinha, por agressão física e verbal.

Sou contra qualquer tipo de agressão. As agressões não podem fortalecer preconceitos, como o machismo, o racismo, a homofobia.

Temos que ter muito cuidado e fazer um freio de arrumação nas relações. Eles (os dois deputados) têm direito de defesa, e o nosso partido e a Comissão de Ética vão fazer os procedimentos. Vamos ver qual é o resultado dessa investigação.

"É a reforma mais estruturante pósredemocratização do país. Nós vamos conectar o Brasil com o sistema tributário mundial"

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/22/all.pdf>

BC garante cortes da Selic até março

Correio Braziliense

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reforçou ontem o **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de que o ritmo de cortes na taxa básica de juros (Selic), de 0,50 ponto percentual, será mantido "nas duas próximas reuniões" do colegiado, pelo menos.

"Não posso confirmar se haverá aceleração dos cortes. Isso vai depender das condicionantes de risco", afirmou Campos Neto aos jornalistas, citando a série de indicadores que o Banco Central mapeia para tomar as decisões. "Ainda existe muita incerteza. Temos um balanço de risco, que é importante e, no momento, a gente considera o ritmo de 0,50 ponto percentual apropriado", insistiu.

O ciclo de queda da Selic começou em agosto, e, atualmente, a taxa está em 11,75%, após quatro cortes seguidos de 0,50 ponto percentual. Com dois cortes da mesma magnitude, os juros deverão cair para 10,75% ao ano em março de 2024.

Campos Neto destacou que a promulgação da **reforma tributária** e a aprovação da MP das subvenções, nesta semana, foram "vitórias importantes" na agenda econômica, e elogiou o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "A gente reconhece que tem um grande esforço do ministro Haddad.

Eu tenho falado com ele, e vejo como é difícil a negociação lá no Congresso para aprovação das reformas. E, nesta semana, houve várias vitórias importantes nesse sentido. Então, acho que a gente sai da semana com boas notícias", resumiu.

Ao ser questionado pelo Correio sobre o comportamento do câmbio neste ano, o presidente do Banco Central, avaliou que o real tem ficado mais resiliente em relação a outras moedas, em grande parte, devido ao potencial de atração de investimentos na área de energia renovável. "O Brasil é um sério candidato a ter fundos de investimento mais perenes por diversas razões. Por ser, por exemplo, um país com grande capacidade de produzir com energia renovável. Então, à medida que esses fluxos se materializem, ele tende a ser beneficiado", afirmou.

Projeções

As declarações de Campos Neto foram dadas durante

a apresentação do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI).

No documento, o BC elevou de 2,9% para 3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, e reduziu de 1,8% para 1,7% a estimativa de avanço em 2024. As projeções do RTI, no entanto, estão mais otimistas que as do mercado. No boletim Focus divulgado nesta semana, a mediana das estimativas dos analistas de instituições financeiras para o avanço do **PIB** estão em 2,92%, neste ano, e em 1,51%, no ano que vem.

Pelas novas projeções de **inflação** do BC, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 4,6% em 2023, ante expectativa anterior de 5%. A previsão permaneceu em 3,5% para 2024 e aumentou para 3,2% em 2025.

O presidente do BC também ressaltou que existe relação entre o desequilíbrio fiscal e as expectativas de **inflação**, mas que isso não é mecânico. Segundo ele, essa é uma das principais mensagens a serem fixadas. Na avaliação dele, se o cenário fiscal for um pouco pior, mas o governo seguir fazendo reformas, o mercado vai entender que há um esforço para o controle da dívida pública. (RH)

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Banco Central garante cortes na taxa Selic até março

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/22/all.pdf>

Lula, o PT e as agências de risco - CELSO MING

CELSO MING

O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, festejaram com alarde a melhora da nota de crédito do País pela agência de classificação de risco Standard Poors (S P). Mas o PT-raiz e seus aliados mais à esquerda permaneceram calados. Ou, se aprovaram, fizeram isso com o freio de mão puxado.

Essa atitude eivada de restrições se deve a dois fatores. O primeiro deles é o de que essa melhora da percepção da qualidade dos títulos de dívida do Brasil se baseou em critérios fiscais. A S P citou como galvanizador desse avanço do rating a aprovação da **reforma tributária**, cuja homologação aconteceu nesta quarta-feira. Mas o critério supremo é sempre a condição fiscal, a que garante o pagamento da dívida no seu vencimento.

Em 2015, a própria S P rebaixou a nota do Brasil e retirou o grau de investimento logo depois que a então presidente Dilma Rousseff apresentou proposta orçamentária que previa um rombo de R\$ 30,5 bilhões.

Ou seja, o critério técnico das agências de classificação de risco é tudo o que combatem a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e os mais radicais próceres políticos. Para estes, austeridade fiscal e política de contenção dos gastos são barreiras para o desenvolvimento e para a criação de empregos.

Ignoram que o equilíbrio das contas públicas é pré-condição para o crescimento sustentável da economia e para a definição de políticas sociais sólidas e sustentáveis. Talvez tenham alguma consciência disso, mas o que pretendem é mais ganância que alavanque votos nas eleições municipais o ano que vem para construir as bases para a sucessão em 2026.

O segundo fator pelo qual os mais radicais da esquerda desdenham os carimbos das agências de classificação de risco é de natureza ideológica. É o de que estas são instituições ligadas à ortodoxia econômica, ao chamado "Consenso de Washington", enfim, ao pensamento e à administração neoliberal da economia.

O presidente Lula é um equilibrista.

Oscila permanentemente entre os dois mundos.

Às vezes, faz o jogo dessas esquerdas e tenta ridicularizar esforços pela responsabilidade fiscal, supostamente para dar prioridade a políticas sociais. E em outras, envereda em direção ao pragmatismo, enaltece o controle dos gastos e dá força ao ministro Fernando Haddad.

Por sua vez, Haddad é o encarregado de se sentar à boca do caixa e de tentar convencer as bases de que não há futuro sem compromisso com a saúde das contas públicas. E ele está carregado de razão. Há anos o Brasil vive de uma política fiscal errática e frouxa. Em contrapartida, tem de conviver com um crescimento econômico medíocre.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Lula, o PT e as agências de risco

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Análise de renúncias fiscais será prioridade, diz TCU

Guilherme Pimenta

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, afirmou ontem que o órgão continuará dando foco à análise dos chamados gastos tributários, as renúncias fiscais que somam quase R\$ 600 bilhões e estão no alvo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para elevar a arrecadação e zerar o déficit em 2024. Dantas também interpretou que um artigo adicionado à **reforma tributária**, por sugestão do TCU, poderá facilitar a revisão de isenções fiscais que estejam na Constituição.

A Emenda Constitucional 132, promulgada na quarta-feira (20) e publicada ontem no "Diário Oficial da União", estabelece que as isenções tributárias hoje na Constituição serão reavaliadas de forma quinquenal, por lei - dispensando, assim, a necessidade de novas emendas à Constituição.

"É um ponto absolutamente fundamental. Sabemos que quando uma isenção tributária entra na Constituição, ela não sai nunca mais, já que é preciso quórum qualificado e votação em dois turnos em cada casa", exaltou o ministro em café da manhã com jornalistas. Em sua interpretação, até mesmo renúncias que já estão na Constituição, como a Zona Franca de Manaus, poderiam ser revistas por lei com esse dispositivo.

Um exemplo da atuação do tribunal na avaliação do gasto público foi uma auditoria em benefícios fiscais concedidos ao setor automotivo de Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os técnicos do órgão identificaram que, por ano, essa política custava R\$ 5 bilhões, mas não desenvolveu as regiões nem elevou os rendimentos dos trabalhadores da indústria.

"Para justificar a isenção concedida, cada operário deveria ganhar R\$ 34 mil por mês. E vocês sabem que, evidentemente, eles não ganham isso", exemplificou o ministro.

"Nosso objetivo é permitir aos congressistas, no momento de votar novas leis, que mais recursos sejam alocados em políticas eficientes e menos recursos em políticas ineficientes", resumiu o presidente do TCU.

O ministro também anunciou que o TCU criará, no ano que vem, o "Radar Fiscal", que vai avaliar o

cumprimento das regras fiscais, como o novo arcabouço, em um sistema.

Ele também citou que dialogou com o Senado e conseguiu incluir no texto do novo arcabouço fiscal um dispositivo que criava um comitê de governança, do qual o TCU teria um assento. Mas, quando o texto voltou à Câmara, o dispositivo foi derrubado. "Estamos conversando para ver se existe outra forma de governança fiscal robusta, mesmo que o comitê não exista formalmente", contou.

Ainda no café, Dantas disse que uma "confusão de procedimentos" explica um ruído com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que acusou o tribunal de "avançar o sinal" em atribuições do Congresso Nacional referente a renovações de concessões.

Em entrevista aos jornalistas no início de novembro, Lira disse que regras contratuais dessas renovações, com foco em distribuição de energia, deveriam ser decididas pelo Congresso, e não pelo TCU. À época, chegou a dizer que as decisões do tribunal têm "muita chance de serem revistas ou anuladas".

"Como se renova uma concessão sem aprovação legislativa, por uma câmara [de conciliação] que não tem competência para isso?", questionou na ocasião, ao dizer que esses procedimentos estariam indevidamente sendo discutidas na secretaria de resolução consensual do TCU.

Bruno Dantas afirmou que explicou o trâmite dos processos a Lira. "Percebemos que, como a Câmara é uma casa de 513 parlamentares, e o presidente centraliza alegrias, tristezas e reclamações, havia ali uma confusão de procedimentos", considerou.

"O caso da renovação de distribuidoras, isso não está na [secretaria] de solução consensual, é controle externo, de fiscalização. Eu disse isso ao presidente Lira. Se o TCU arquivar, o governo fará da mesma forma, mas sem a fiscalização do TCU. O governo está fixando parâmetros e o TCU auditando diretrizes, para verificar se está de acordo com a lei", afirmou o ministro. "Eu expliquei isso ao presidente e ele ficou tranquilo em relação a isso", avaliou.

O ministro do TCU confirmou que há uma "confusão"

com a Comissão de Minas e Energia da Câmara em relação a contratos de fornecimento de energia termelétrica. "Ali havia um passivo imenso, com contratos assinados pelo governo anterior, com cláusulas leoninas ao governo federal", falou Dantas, ao explicar que o TCU é somente um mediador entre governo, concessionárias e agências reguladoras.

Ele também apresentou dados sobre decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que estabeleceu prazo para prescrição processual na corte de contas. Esse, disse, um dos fatores que explicam a drástica queda no montante financeiro de condenações em débito impostas pelo TCU a acusados de irregularidades com dinheiro público. No ano passado, o montante de arrecadação somou R\$ 5,4 bilhões. Em 2023, foi R\$ 1,6 bilhão em condenações.

Em 2021, o Supremo mudou sua jurisprudência e entendeu, a grosso modo, que a corte de contas tem no máximo cinco anos para punir irregularidades que tenham impactado os cofres públicos. Do contrário, os processos estão prescritos - até então, o TCU analisava normalmente casos autuados há mais de 20 anos

Na ocasião, o TCU estimou que 11% de seus processos estavam automaticamente prescritos, com o impacto aos cofres públicos podendo chegar a R\$ 10 bilhões. Dados do TCU indicam que 1,2 mil processos já foram julgados prescritos, e há cerca de 1,3 mil ações na corte ainda pendentes de julgamento e que provavelmente terão o mesmo destino.

"Lembrando que o Supremo tinha uma jurisprudência histórica sobre prescrição, dizendo que os processos eram imprescritíveis, e alterou essa regra sem modulação", afirmou o ministro. "E isso evidentemente nos surpreendeu. Os números se devem, em grande parte, a isso. Não estávamos preparados para essa nova regra. A decisão chegou e tivemos de cumprir", complementou o ministro Bruno Dantas.

Apesar da decisão do Supremo, esses cinco anos são interrompidos em algumas hipóteses, quando por exemplo o TCU autuar um processo, citar os acusados e iniciar o julgamento de mérito do caso. Em todas essas hipóteses, o prazo é interrompido e começa a contar do zero. Procurado, o STF informou que os motivos da decisão foram explicitados pelos ministros durante o julgamento.

O ministro também apontou que há outro fator que pode explicar a derrubada no valor das condenações: a aproximação do TCU com os gestores. "Temos impedido que problemas aconteçam, evitando erros", afirmou o ministro.

"Quando uma isenção tributária entra na Constituição, ela não sai nunca mais" Bruno Dantas

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Análise de renúncias fiscais será prioridade, diz TCU

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231221/>

Centrão intensifica pressão por mais vagas no Ministério

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Caetano Tonet

Com o primeiro ano de mandato praticamente concluído, lideranças do Centrão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal intensificaram a defesa por mudanças na articulação política do governo. Um dos alvos é o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT). Para essas lideranças do Centrão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deveria aumentar a presença de outros partidos dentro do Palácio do Planalto. Mas há críticas também em relação à atuação dos líderes do governo no Legislativo.

Segundo integrantes da cúpula da Câmara, essa fragilidade na articulação tem resultado em derrotas do governo dentro do plenário. Um exemplo é a votação da urgência do projeto de decreto legislativo que susta a exigência de visto para a entrada de americanos no Brasil. O governo também quase perdeu a votação de um pedido de urgência para derrubar o decreto que restringe o acesso a armas e munições.

Em outro caso, interlocutores do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), citam a aprovação da emenda ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que proíbe a União de ter despesas que incentivem a invasão de terras, o aborto e que atentem contra a "família tradicional". Mais de 300 deputados e 40 senadores apoiaram essa iniciativa do PL, apesar dos apelos do governo para que fosse rejeitada porque esses gastos seriam flagrantemente ilegais e sequer poderiam ser feitos.

Um dos líderes do PT acredita que o placar dessa votação na Câmara mostrou que o governo está extremamente fragilizado e não conseguiu construir uma base coesa. Apenas 141 deputados seguiram a orientação do Executivo e votaram contra a emenda. "É insuficiente para barrar um impeachment", comparou esse petista. Para rejeitar a abertura de um processo de afastamento do presidente são necessários 171 votos.

Segundo o Valor apurou, Lira criticou Padilha em recente conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que essa visão era corroborada pelos seus pares na Câmara. De acordo com os relatos da conversa, Lula permaneceu calado nesse momento. No Congresso, também é lembrado que o nome do

articulador político não foi mencionado pelas autoridades que discursaram em comemoração à promulgação da reforma tributária.

Procurado, Padilha não retornou o pedido de entrevista. Em recentes falas à imprensa, o ministro tem relativizado as críticas. Diz que a agenda legislativa do governo foi aprovada e que há um processo de reconstrução das relações entre Planalto e Congresso, retomando a formação de um governo de coalizão, depois que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cedeu tanto espaço para o Legislativo que se pode considerar que na administração anterior houve um "governo de delegação" de atribuições do Executivo para o Parlamento.

Para parlamentares do Centrão, contudo, o momento também deveria ser utilizado para a troca dos líderes do governo no Legislativo. Há ainda a leitura, dentro desses partidos, de que Lula só conseguirá melhorar a relação caso decida "despetizar" o Palácio do Planalto.

No Senado, um parlamentar comenta que foi relator de projetos importantes para o Executivo, mas nunca recebeu atenção do Palácio do Planalto.

Em outra frente, as críticas também respingam nos líderes do governo. Parte dos acordos negociados com eles em torno da aprovação de textos no Legislativo não foi honrada quando os projetos chegaram ao Executivo ou quando os vetos foram analisados, reclamam os aliados

Foi mal recebida, por exemplo, a declaração do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), de que o governo vetaria trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que preveem o calendário para a liberação de emendas parlamentares e o montante a ser destinado a emendas das comissões da Câmara e do Senado. O Centrão entende que há um acordo para o pagamento das emendas, desde a transição, e que esse veto o descumpriria.

Segundo o Valor apurou, Lira ligou diretamente para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para reclamar da sinalização e ameaçou não enviar a medida provisória (MP) das subvenções para o Senado se o acordo não fosse cumprido. Pouco depois, Randolfe voltou atrás e disse que o governo

ainda não tinha posição definida sobre esses pontos da LDO.

Randolfe nega o ruído, e diz que a preocupação inicial do governo era preservar as verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Tanto eu, quanto [o líder do governo no Senado, Jaques] Wagner, quanto [o líder do governo na Câmara, José] Guimarães não temos nada a reclamar da coordenação política exercida pelo ministro Padilha", afirmou Randolfe. "O ministro Padilha tem uma responsabilidade: ele é a última raia da negociação política antes do presidente da República. Ao longo deste ano, ele cumpriu com maestria." Procurados, Guimarães e Wagner não comentaram.

"Padilha é a última raia de negociação política antes do presidente Lula" Randolfe

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231221/>

"Reforma podia ampliar simplificação, mas é muito melhor que modelo atual", diz Appy

Lu Aiko Otta

Em janeiro, começam a funcionar os grupos técnicos formados por técnicos dos governos federal, estaduais e municipais que vão elaborar as propostas de leis complementares da **reforma tributária**. Embora a previsão seja o envio dessas propostas ao Congresso em até 180 após a promulgação da emenda constitucional, ocorrida nesta quarta-feira (20) é grande a pressão para que a discussão comece o quanto antes, disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

Ele avaliou como "muito positivo" o saldo da discussão no Congresso, porque a espinha dorsal da reforma e os efeitos econômicos buscados foram preservados, apesar de o grande número de exceções à regra geral de tributação ter deixado a simplificação aquém do desejado.

A judicialização, admitiu, é algo difícil de ser evitado. No entanto, foram tomadas cautelas. A emenda da **reforma tributária** passou por uma análise prévia de constitucionalidade e a redação foi feita da forma mais clara possível, para reduzir margens a possíveis questionamentos na Justiça. O mesmo cuidado será tomado na elaboração das leis complementares.

Appy disse ainda que o governo defenderá a instituição de cashback sobre as contas de água. Pela Constituição, o mecanismo tem de operar nas contas de luz e nas compras de gás de cozinha pelas famílias mais pobres. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: O que achou do saldo final da reforma?

Bernard Appy: É claramente muito positivo. O texto mantém a espinha dorsal da reforma e os principais efeitos econômicos.

Valor: O que é a espinha dorsal da reforma?

Appy: É a substituição dos **tributos** atuais por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) próximo das melhores práticas internacionais. Foram mantidos: base ampla de incidência, não-cumulatividade, tributação no destino, simplificação. Evidentemente, seria ainda mais simples sem as exceções. Não foi o ideal em termos de simplificação, mas ainda é muito

melhor do que o que tem hoje.

Valor: E os efeitos econômicos? ?

Appy: Temos três categorias de distorções econômicas provocadas pelo sistema atual. A primeira delas é a complexidade, o custo que ela acarreta para as empresas e o impacto que tem na litigiosidade. Perto do que temos hoje, o grosso da complexidade está sendo resolvido. Segundo, o efeito da cumulatividade, que é a oneração dos investimentos e a perda de competitividade da produção nacional. Isso foi 100% corrigido. O terceiro são as distorções na forma de organização da produção. Também foi 100% resolvido. Problemas como escolher um método produtivo menos eficiente ou escolher a localização geográfica em função da tributação não vão existir no novo modelo.

Valor: Chamou a atenção o discurso do ministro Fernando Haddad chamando o Supremo Tribunal Federal (STF) para cuidar da reforma. Como evitara judicialização? ?

Appy: Uma parte do trabalho já foi feita, porque foi tomado muito cuidado na redação da emenda constitucional para evitar a judicialização. Obviamente, já tem uma análise prévia de que tudo o que foi aprovado é constitucional. Mas é inevitável, é quase certo, que haverá ações. Por isso é importante haver uma boa interlocução e explicar para o Supremo por que as opções foram feitas.

Valor: A emenda constitucional ficou longa e as leis complementares também o serão. Isso não é uma avenida para questionamentos na Justiça?

Appy: De fato, a emenda constitucional ficou grande. Infelizmente, o Brasil tem essa característica de colocar uma quantidade muito grande de temas tributários na Constituição. Uma parte da complexidade é simplesmente para deixar claros os critérios do tratamento federativo do novo modelo. Tinha de estar na Constituição para dar solidez. Uma parte são os regimes diferenciados, os específicos ou os bens e serviços que terão alíquota reduzida. Temos preocupação de sermos muito claros nos projetos de lei complementar, para reduzir o risco de judicialização.

Valor: Existe um prazo de 180 dias para o envio ao Congresso das propostas de leis complementares. Pretendem fazê-lo antes? ?

Appy: Sim. Não levaremos 180 dias. A pressão para ser mais rápido está muito grande.

Valor: O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que quer começara trabalhar as leis complementares em fevereiro, na volta do Congresso.

Bernard Appy: Nós vamos começar a trabalhar em janeiro.

Valor: Com os grupos técnicos?

Appy: Sim. Vamos deixar estruturado um sistema de trabalho conjunto de União, Estados e municípios para elaboração dos anteprojetos de lei complementar. Esperamos o maior grau de consenso possível, porque isso ajuda na tramitação. A lei complementar vai tratar de questões operacionais, de toda parte de definição de fato gerador, base de cálculo e outros. E vai tratar de questões setoriais.

Valor: Vai ter muita polêmica? ?

Appy: Estamos conversando preliminarmente com entidades representativas de Estados e municípios e nossa percepção é muito positiva, no sentido de termos trabalho colaborativo, voltado para o consenso. No caso da emenda constitucional, já havia um texto no Congresso. Agora, nas leis complementares, vamos preparar os anteprojetos conjuntamente desde o início. Tem uma parte já feita, mas será levada para discussão.

Valor: Então já tem uma ideia de como será.

Appy: Já tem.

Valor: Pode nos contar? ?

Appy: Ainda não.

Valor: Como a lei complementar vai tratar as exceções? ?

Appy: A emenda define setores que terão regimes específicos. É bastante aberto. O primeiro desafio é desenhar os regimes específicos [para o setor financeiro e os combustíveis, por exemplo]. O segundo é que a emenda define lista de bens e serviços que podem ter alíquotas reduzidas [saúde e educação, por exemplo]. Precisamos de uma definição mais clara de quais são exatamente os produtos e serviços dentro dessas categorias. Lógico que a decisão final será do Congresso Nacional. Mas

teremos uma primeira proposta elaborada conjuntamente pelos entes da Federação.

Valor: A alíquota é afetada por essa discussão?

Appy: Sim. Queremos dar clareza sobre como diferentes opções afetam a alíquota-padrão.

Valor: Durante as discussões no Congresso, a alíquota-padrão do IVA foi estimada em 21% ou 27,5%. Já tem uma nova estimativa?

Appy: Ainda não.

Valor: Uma surpresa é que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não será extinto pela **reforma tributária**.

Appy: É um ponto importante de diferencial de competitividade da Zona Franca de Manaus. A ideia original era que, para não manter o IPI, teríamos o Imposto Seletivo. Mas aí começou uma discussão de que o Seletivo era para incidir sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, e não faria sentido ter essa incidência adicional. Então decidimos fazer a Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] para fazer esse papel. Mas gerou uma reação muito negativa contra a Cide. A solução foi manter o IPI.

Valor: O sr. falou dos benefícios que a reforma vai trazer para a economia, mas levará alguns anos para vermos seus efeitos. Até lá, teremos uma transição em que haverá o sistema velho e o novo. A reforma vai complicar as coisas?

Appy: Não. Por dois motivos. Primeiro, em 2027 já serão extintos PIS/Cofins e o grosso do IPI. São **tributos** extremamente complexos. PIS/Cofins é um inferno. Segundo, todo o trabalho que está sendo feito na parte operacional tem como meta que o sistema seja o mais simples possível para os contribuintes. Para a grande maioria das empresas, a única obrigação acessória deve ser emitir documento fiscal eletrônico nas vendas e, nas compras feitas com documento fiscal eletrônico, registrar aquilo que não dá direito a crédito. Estamos trabalhando nisso. Temos ainda a ideia de trabalhar com escrituração pré-preenchida. Os regimes diferenciados estarão incorporados no sistema, de forma que não será necessário fazer ajustes depois de ter emitido documento fiscal. O único ano em que talvez tenha algum efeito de aumento de complexidade é 2026, porque continuará existindo o sistema atual e será o período de teste do novo modelo. Mesmo assim, queremos que seja o mais suave possível.

Valor: O sr. já declarou que o novo sistema operacional

será dos melhores do mundo. De onde vem tanta modernidade? ?

Appy: O Brasil já tem um sistema muito avançado de emissão de documentos fiscais eletrônicos. Um dos grandes desafios nossos é fazer com que todos os contribuintes emitam documento eletrônico até o fim de 2025. Além disso, vamos tentar incorporar ao sistema todas as características do novo modelo. E discutimos a cobrança na liquidação financeira. O imposto será cobrado automaticamente no pagamento, com compensação de débito e crédito feita em tempo real.

Valor: O Imposto Seletivo sobre atividades de extração acabou ficando na emenda. Como lidar com isso?

Appy: O que foi colocado lá é o equivalente ao aumento de até 1% do royalty de petróleo e da CFEM [Compensação Financeira pela Exploração Mineral], Tira competitividade, sim. Mas 1% a mais de royalty e de CFEM não é nada de enorme.

Valor: Saneamento e concessões de rodovias saíram do regime específico e agora se fala em tarifaço.

Appy: A emenda prevê que a lei complementar vai poder prever regras para equilíbrio contratual. É possível que concessões públicas entrem. No caso de saneamento, vamos defender que tenha cashback para a população de baixa renda.

Valor: Onde mais haverá cashback?

Appy: A emenda constitucional obriga a ter cashback em energia elétrica e gás de cozinha. Pretendemos propor para o saneamento. E deve haver discussão sobre produtos alimentares. Uma possibilidade é que alguns produtos fiquem com alíquota zero e outros, com alíquota reduzida e com cashback.

Valor: A discussão das leis complementares será feita junto com a reforma do Imposto de Renda?

Appy: Não sei. O presidente Arthur Lira falou em correr paralelamente, mas essa é uma decisão política.

Valor: Por que, depois de quase 40 anos, a reforma passou?

Appy: Tivemos uma conjunção do apoio do Executivo, que decidiu fazer a reforma, e do Legislativo, que a definiu como uma pauta prioritária sua. Não é fácil aprovar uma reforma assim. Nosso sistema é totalmente distorcido. Toda correção de distorção prejudica alguém. Não é processo fácil, mas foi feito. Quero elogiar o trabalho do Congresso Nacional. Tinha uma boa base técnica, mas essa foi

aperfeiçoada com a ajuda dos técnicos do Legislativo. O ministro Fernando Haddad teve um papel fundamental. O trabalho dos relatores foi muito importante, assim como o apoio dos presidentes das duas casas [Câmara dos Deputados e Senado Federal] e a construção junto aos líderes partidários.

"Infelizmente, o Brasil tem essa característica de colocar uma quantidade muito grande de temas tributários na Constituição"

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231221/>

Desigualdades e incentivos na reforma tributária

Opinião Jurídica

valor.globo.com/legislacao

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Desigualdades e incentivos na [reforma tributária](#)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187747>

Câmara aprova projeto que regulamenta bets e retoma autorização para cassinos online

Tháisa Oliveira

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta sexta (22) o projeto que regulamenta as apostas de alíquota fixa, como as chamadas bets, e devolveu ao texto a possibilidade de cassinos online. O texto vai à sanção ou veto do presidente da República.

Para tentar vencer a resistência das bancadas evangélica e católica, o relator do projeto, Adolfo Viana (PSDB-BA), concordou com a mudança que havia sido feita pelo Senado e proibiu de forma expressa a instalação de máquinas físicas, como as de caça-níqueis.

O texto-base do projeto foi aprovado por 292 votos a 114 na última sessão do ano -na madrugada do último dia antes do recesso parlamentar. Parte dos deputados participou da votação de forma remota.

Diante dos apelos da bancada evangélica para que a votação fosse adiada para fevereiro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu o texto.

"Se nós simplesmente não votarmos a regulamentação, os jogos deixam de existir? As pessoas deixam de jogar? As bets deixam de funcionar, de patrocinar times de futebol, programas de televisão, torneios e eventos? Não."

O projeto prevê uma alíquota de 12% sobre a arrecadação das casas de aposta descontado o pagamento dos prêmios. Já os apostadores devem pagar 15% ao ano quando o valor recebido for acima de R\$ 2.112 -referente à faixa de isenção do Imposto de Renda.

Na proposta enviada ao Congresso, o governo federal defendia a alíquota de 18% para as empresas e de 30% para os usuários sobre o valor do prêmio.

O texto classifica como apostas de alíquota fixa os eventos "reais de temática esportiva" e também os "virtuais de jogos online" -dispositivo que inclui os games, ou eSports, e abre brecha para jogos de azar em ambiente virtual.

Em sessão no último dia 12, os senadores aprovaram, inicialmente, a proposta com a permissão aos cassinos virtuais. Mas, após a votação do texto, a

oposição conseguiu aprovar uma emenda do líder do PL, Carlos Portinho (RJ), excluindo a permissão.

A oposição no Senado também conseguiu emplacar outra alteração, que impedia a comercialização das apostas de alíquota fixa em dispositivos físicos -mantida agora pelos deputados federais a pedido da bancada da bíblia.

A proposta passou por diversas mudanças desde que foi apresentada pelo Ministério da Fazenda ainda como MP (medida provisória). Diante do embate entre as duas Casas sobre a tramitação de MPs, o tema passou a ser discutido via projeto de lei.

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, por exemplo, foi estipulada a outorga de R\$ 30 milhões pelo prazo de três anos, foram turbinadas as verbas para ministérios controlados pelo centrão (Esporte e Turismo) em detrimento da área social e foi criado o dispositivo para cassinos online.

No Senado, a autorização foi ampliada para cinco anos e o projeto passou a contemplar Saúde e Defesa no bolo da arrecadação. A alíquota das empresas caiu de 18% para 12% e, em contrapartida, foi criado um percentual específico para apostadores, de 15%.

Viana manteve o prazo de outorga definido pelos senadores (de 5 anos em vez de 3), além das alíquotas para operadores e ganhadores.

As bets foram autorizadas por meio de projeto de lei no final de 2018, ainda sob o governo Michel **Temer** (MDB). Após essa etapa, o tema precisaria ter sido regulamentado pelo Executivo, o que não aconteceu durante os quatro anos de governo Jair Bolsonaro (PL).

Atualmente, as empresas de apostas esportivas que atuam com o público nacional funcionam em uma zona cinzenta da legislação: com sede no exterior, mas com usuários brasileiros e sem pagar **impostos** no país.

O limbo legal permitiu a proliferação de empresas no país, mesmo sem legislação específica ou fiscalização, e contribuiu para o surgimento de escândalos de corrupção -como o que culminou na prisão de uma organização criminosa pela manipulação de resultados do Campeonato Brasileiro.

Na aposta de quota fixa, o apostador de um jogo de futebol, por exemplo, ganha se acertar o resultado final ou alguma condição da partida, como pênaltis.

A regulamentação das apostas esportivas é o último item do pacote enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso para elevar as receitas em 2024 e reduzir o déficit nas contas públicas. Nesta quarta (20), o Senado aprovou a medida provisória que altera as regras para benefícios do ICMS .

A lista de Fernando Haddad (PT) incluía ainda a **reforma tributária**, promulgada nesta quarta , e o projeto de lei sobre a tributação de recursos em fundos exclusivos (usados por super-ricos) e offshores (com sede no exterior).

Já o projeto que corta benefícios tributários do JCP (juro sobre capital próprio), remuneração paga por empresas a acionistas, foi incluído na MP do ICMS, e aprovado também nesta quarta pelo Senado.

Como mostrou a Folha , a pasta ficou positivamente surpresa com o resultado da chamada prévia para que empresas manifestassem interesse em participar do mercado de apostas, com mais de 130 demonstrações de intenção.

As apostas esportivas terão sua gestão dividida entre Esportes e o Ministério da Fazenda , que ficará responsável pela arrecadação. O secretário do tema deve ser o advogado José Francisco Manssur, que integra a equipe de Haddad.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-regulamenta-bets.shtml>

O Assunto #1.113: A reforma tributária, enfim, na Constituição

Por Natuza Nery, g1

Você pode ouvir O Assunto no g1, no GloboPlay, no Spotify, no Castbox, no Google Podcasts, no Apple Podcasts, na Deezer, na Amazon Music, no Hello You ou na sua plataforma de áudio preferida. Assine ou siga O Assunto, para ser avisado sempre que tiver novo episódio.

Pela primeira vez na história democrática do Brasil foi aprovado um novo sistema tributário. Depois de décadas de discussões e tentativas para viabilizar uma proposta de reforma, Congresso e Executivo chegaram a um termo comum e promulgaram a PEC que revoluciona a cobrança de **impostos** sobre produção e consumo no país. Para explicar o impacto da **reforma tributária** e esclarecer o que ainda falta, Natuza Nery entrevista o principal formulador técnico da proposta, o economista Bernard Appy, secretário extraordinário da reforma no Ministério da Fazenda. Neste episódio:

Appy justifica a urgência em alterar a forma como os **impostos** são cobrados sobre a produção e o consumo no Brasil: "Disfuncionais e têm efeito negativo na economia". A lista de motivos apresentada por ele elenca a alta complexidade do sistema, as falhas nos mecanismos de não-cumulatividade e as distorções na organização da produção. "O efeito da reforma pode ser maior que 10% no **PIB** e na renda das famílias", afirma; Ele afirma que o texto final, "embora não seja o ideal [devido às exceções impostas pelo Congresso], é muito melhor do que o que temos hoje". E explica as três etapas de implementação do novo sistema, que tem duas datas mais importantes: uma simplificação de **impostos** em 2027 e a reforma completa em 2033; O economista comenta o apelido que recebera décadas atrás: o de 'Dom Quixote' em busca de viabilizar a **reforma tributária**. "Me sinto realizado", celebra. "Deu certo agora porque aprendemos com os erros do passado e porque a reforma passou a ser prioridade para o Executivo e para o Parlamento", conclui.

?? O g1 agora está no Comunidades WhatsApp. Clique aqui para participar

O que você precisa saber:

Reforma Tributária: mudará forma de cobrança de

impostos Entenda: os 7 pontos mais importantes da reforma tributária Os objetivos: simplificação de **impostos** e fim de distorções Guerra fiscal: reforma acaba com o passeio de mercadorias Câmara: como foi a votação que aprovou a **reforma tributária**

O podcast O Assunto é produzido por: Mônica Mariotti, Amanda Polato, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva, Thiago Kaczuroski e Nayara Fernandes. Apresentação: Natuza Nery. Neste episódio colaboraram também: Isabel Seta e Carol Lorencetti.

VEJA CORTES DO PODCAST O ASSUNTO EM VÍDEO

Site: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/12/22/o-assunto-1113-a-reforma-tributaria-enfim-na-constituicao.ghtml>

Crescimento da economia surpreende, mas cenário não deve se repetir no ano que vem

Economia

/
Johnny Negreiros, do R7*

A contagem regressiva para o Réveillon está quase acabando, e, com ele, economistas já analisam como foi o desempenho da economia brasileira em 2023. Segundo o Boletim Focus, do BC (Banco Central), a expectativa do mercado é de alta de 2,9%, o que é um crescimento nada desprezível.

Porém, economistas de diferentes correntes teóricas têm, no mínimo, dúvidas se esse cenário positivo se repetirá no próximo ano.

"Em 2024, até pelo efeito-base de comparação com 2023, o crescimento deverá ser menor", acredita Felipe Salto, economista-chefe da Warren Renascença.

- Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp
- Compartilhe esta notícia no WhatsApp
- Compartilhe esta notícia no Telegram
- Assine a newsletter R7 em Ponto

Os especialistas ouvidos pelo R7 concordam que "todo mundo" errou nas previsões para este ano. Por exemplo, Leo Siqueira, doutorando em economia e deputado estadual paulista, lembra que o Focus indicava crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto), que mede o tamanho da economia de um país, de 0,8%.

O parlamentar e o economista André Roncaglia ressaltam que o indicador anual até aqui foi puxado pelo desempenho surpreendente do agronegócio no primeiro semestre, quando o setor registrou crescimento de 12,5% em relação ao mesmo período no ano anterior.

A efeito de comparação, no primeiro trimestre o crescimento de serviços foi de 0,5%, e a indústria contraiu 0,2%.

"Esse crescimento não vai se repetir no ano que vem, porque uma parte importante desse crescimento veio pela consequência da seca na Argentina. O Brasil acabou ocupando uma parte do mercado das exportações argentinas, que tiveram uma pancada forte. Então, eu não sei, eu imagino que no ano que vem a história do setor externo não vai ser tão pujante quanto a deste ano", explica Roncaglia.

O consumo do governo, que turbinou o cálculo do **PIB**, também "influenciou a alta do indicador", destaca Leonardo Siqueira. Nos primeiros dois trimestres deste ano, esse item teve crescimento de 0,4% e 0,7%.

Nesse sentido, Roncaglia lembra da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Estouro, aprovada no fim de 2022, que possibilitou à gestão Lula da Silva ter despesas extras de até R\$ 145 bilhões em 2023.

"A gente teve um pacote muito importante com a PEC da Transição, que gerou o que eu chamo de um bônus fiscal para o governo, em termos de crescimento, que dificilmente vai se repetir no próximo ano, porque vai se iniciar, vamos dizer, a prática efetiva do novo marco fiscal", opina André Roncaglia.

Ocorre que gastos públicos geram endividamento do governo, a ser coberto pelos pagadores de **impostos**. Isso faz com que especialistas, de uma maneira geral, defendam certa cautela com o uso desse artifício.

No Orçamento para 2024, aprovado pelo Congresso Nacional na terça-feira (19), há a previsão de zerar a dívida pública primária. Sem contar com os pagamentos de juros de débitos passados, a atual gestão quer ter saldo nulo no ano que vem.

Inclusive, essa tem sido a principal promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para fontes ouvidas pelo R7 e para outros agentes de mercado, a promessa de déficit zero não será cumprida.

Nas contas do próprio governo, cumprir esse objetivo exigiria que a arrecadação tivesse aumento de R\$ 168,5 bilhões em 2024.

Para Cláudia Moreno, economista do C6 Bank, "existe uma incerteza muito grande se de fato essa expansão

nas receitas vai ocorrer". Ela prevê que, desse total, somente R\$ 100 bilhões se concretizarão.

A previsão do banco para 2024 é de saldo negativo de 0,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto). É a mesma estimativa do Warren Renascença.

Salto e Roncaglia afirmam que um crescimento nos próximos anos dependerá dos passos que o governo dará.

"A expansão das taxas de crescimento potencial dependem de uma agenda intensa na área de investimentos em infraestrutura e, em outra frente, dependem de turbinar as exportações", diz Felipe Salto.

Já André Roncaglia diz que a **reforma tributária** é outro ponto fundamental.

"A **reforma tributária** acabou sendo muito mais extensa do ponto de vista da sua implementação do que aquilo que havia sido previsto, ela vai começar a ser operada em 2025", argumenta.

Outro ponto de incerteza levantado pelo economista é o da guerra de Israel contra os terroristas do Hamas. Segundo ele e outras fontes ouvidas, um dos impactos do conflito na economia brasileira poderá ser a pressão em cima da **inflação**.

Renan Diego, educador financeiro e consultor no segmento, acredita que, se mais países entrarem na guerra, os preços em território nacional vão aumentar.

Há cada vez mais indícios de que o governo do Irã tenha ajudado o Hamas a iniciar a guerra contra Israel. E, à medida que as evidências se acumulam, aumenta a preocupação de que o governo de Teerã possa se envolver diretamente no conflito no Oriente Médio.

Isso porque o país muçulmano é o único na região a ter arsenal capaz de ameaçar a existência de Israel, incluindo armas nucleares, segundo fontes militares.

"[Se isso acontecer] provavelmente o petróleo vai aumentar muito [de preço] e outras commodities também. Tudo vai ser influenciado, os alimentos vão ser impactados, porque o petróleo subindo, aumenta a maior parte do transporte alimentar do Brasil, que usa diesel e gasolina, derivados do petróleo", afirma.

Vale lembrar que o diesel é utilizado nos caminhões, responsáveis pela maior parte do transporte de carga no Brasil. Segundo a CNT (Confederação Nacional do Transporte), 65% desse tipo de deslocamento é feito por rodovias.

"Um aumento de preços do petróleo pode levar a um aumento generalizado da **inflação**, pois os custos de produção e transporte aumentam, o que é repassado aos consumidores", explica Victor Arduin, analista de Energia e Macroeconomia da Hedgepoint Global Markets.

Por outro lado, André Roncaglia também acha que o governo Lula caminha na direção certa ao implementar o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que promete R\$ 260 bilhões em investimentos até 2026.

"Eu compartilho da ansiedade em relação aos efeitos de uma política industrial, mas é um governo que ainda tem dez meses completos, política industrial é algo que demora bastante tempo. Os resultados devem aparecer em 2025, talvez em 2026", afirma ele.

De forma semelhante, Felipe Salto acredita que medidas de investimentos em infraestrutura do governo federal "parecem estar acontecendo". Isso estaria ocorrendo pela atuação de Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

* Sob a supervisão de Ana Vinhas

Conteúdo Extra: dívidas e contas de janeiro devem ser prioridade para quem recebe 13º salário, diz economista

Site: <http://noticias.r7.com/economia/crescimento-da-economia-surpreende-mas-cenario-nao-deve-se-repetir-no-ano-que-vem-22122023>

O primeiro ano do governo Lula sob análise

Presidente colhe índices econômicos com viés positivo e aprovação de reformas importantes no Congresso, mas segue com base política instável. Desmatamento na Amazônia caiu, e inserção internacional teve resultado misto. O atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva completa na próxima semana seu primeiro ano, marcado pela aprovação de importantes reformas econômicas apesar de tensões com um Congresso mais alinhado à direita, redução do desmatamento na Amazônia e um esforço para reinserir o Brasil na arena internacional, algumas vezes sem resultados práticos.

Entre as medidas aprovadas no Congresso, destacam-se o novo arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos e estabeleceu um norte para as contas públicas, e a **reforma tributária**, que vinha sendo debatida há três décadas e tem potencial para estimular o crescimento. Na economia, o ano chega ao fim com queda do desemprego e da **inflação**, um desempenho **PIB** melhor que o projetado e trajetória de queda dos juros.

No meio ambiente, o descontrole contra o desmatamento e o garimpo ilegal na Amazônia favorecidos durante a gestão Jair Bolsonaro foi revertido. O país voltou a ser um protagonista internacional no tema, mas também foi alvo de críticas como ao aumento do desmatamento no Cerrado e à aproximação com a Opep, entidade que reúne países exploradores de petróleo no mundo.

Lula também investiu muito tempo e energia no primeiro ano do governo à política internacional, visitando 24 países e passando 75 dias no exterior, com o objetivo de romper o isolamento do Brasil ocorrido durante a gestão Bolsonaro. Em alguns momentos, as movimentações de Lula provocaram conflitos com EUA e União Europeia, sobretudo por declarações sobre a guerra na Ucrânia, sem gerar resultados concretos. Em dezembro o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20, o grupo das maiores economias do mundo, o que deve servir para ampliar sua projeção global.

Popularidade mediana

No início de dezembro, Lula tinha seu governo avaliado como bom ou ótimo por 38% da população, segundo pesquisas do Datafolha e do Ipec, uma taxa que permaneceu estável ao longo do ano. A avaliação positiva de Lula é similar à do governo Bolsonaro em dezembro de 2022, quando o então presidente era

avaliado como ótimo e bom por 39% da população.

A reprovação de Lula, porém, é menor - o petista tem seu governo avaliado como ruim ou péssimo por 30% da população, enquanto 38% assim avaliavam o governo de Bolsonaro em dezembro passado.

No final do seu mandato anterior como presidente, em dezembro de 2010, Lula tinha sua gestão avaliada como ótima ou boa por 83% dos brasileiros, enquanto apenas 4% o consideravam ruim e péssimo - um recorde na série histórica, e algo que seria inviável no atual contexto de polarização aguda, avalia à DW Marcos Nobre, professor de filosofia da Unicamp.

Atualmente a aprovação de um governo raramente ultrapassa os 40%. Esse percentual do Lula é o novo normal na divisão política global, que também acontece no Brasil, baseado na divisão entre projetos em que um deles não tem como pressuposto a democracia, diz.

Relação instável com Congresso

Para voltar ao Planalto, Lula montou uma ampla coalizão com partidos de centro e centro-direita, e sua vitória coincidiu com a eleição de um Congresso mais conservador do que o da legislatura anterior. De forma pragmática, o petista apoiou a reeleição de Arthur Lira (PP-AL) como presidente da Câmara, a fim de tentar construir uma bancada sólida na Casa.

Ficou claro que o Executivo seria refém do Legislativo, algo que se mantém até agora, avalia Nobre. Lula construiu uma coalizão, mas tem uma maioria incerta, construída a cada votação em negociações com o que Nobre chama de Centrão sem medo - um bloco significativo de partidos que não tem receio de fazer alianças com a extrema direita, mas que também compõe o atual governo.

Para atrair siglas mais distantes, Lula entregou ministérios e cargos para PP, Republicanos e União Brasil, mas a relação não foi fácil ao longo do ano, em boa medida por causa da estratégia adotada por esses partidos. Como se dá a negociação com o Centrão: o bloco aceita os cargos, as verbas, mas não apoia o governo. Os líderes dos partidos desse triunvirato já explicitaram que não são o governo e muitas vezes até dizem que são oposição, explica Nobre.

O União Brasil, que tem dois ministérios no governo - Juscelino Filho nas Comunicações e Celso Sabino no

Turismo - mantém dois vice-líderes na oposição dentro da Câmara. No mês passado, o jornal O Globo mostrou que a sigla pretende ir mais à direita a partir do ano que vem, sem se descolar do governo em pautas específicas, sobretudo na agenda econômica.

A percepção de que as coisas estavam funcionando dessa forma demorou para acontecer no governo e se arrastou ao longo do ano. O resultado é que o Executivo continua sem maioria e com uma base restrita. Neste cenário, Lula não consegue liderar e, portanto, ainda não é possível ter clareza sobre qual é o plano de governo. O Congresso tem uma agenda própria e não dá para dizer que o PT lidera de fato, diz Nobre.

Desempenho positivo na economia

Sem uma base sólida no Congresso, focos programáticos de atuação ganharam atenção especial do governo, em especial sob a liderança do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em outubro do ano passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) havia previsto que a economia brasileira estaria em desaceleração e com crescimento de apenas 1% em 2023.

Mas o ano está terminando diferente e com certo otimismo. O crescimento está próximo dos 3%, a taxa de desemprego está abaixo dos 8%, algo que não acontecia desde agosto de 2014, e o número de trabalhadores com carteira assinada no país atingiu o maior índice desde janeiro de 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em novembro.

Os números positivos da economia se juntaram a uma série de medidas aprovadas no Congresso, como o arcabouço fiscal, a tributação de fundos exclusivos e a **reforma tributária**. A **reforma tributária** foi algo histórico e extraordinário para o país. Não é trivial, diz Nobre.

Ele (Haddad) conseguiu contrariar as expectativas e acalmar os ânimos da Faria Lima contra sua escolha. Ele era visto como alguém não confiável, mas mostrou interlocução com o mercado financeiro e Congresso. A verdade é que a aprovação da **reforma tributária** é uma vitória do Haddad. É um projeto que está há 30 anos no Congresso e agora avançou, avaliou Marcelo Kfoury, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Para Nobre, os percalços do governo na relação com o Congresso ainda podem impactar a economia, apesar dos avanços neste ano. Como fazer um projeto de médio e longo prazo, como por exemplo a transição energética, sem um plano claro de governo e com a

articulação política nesse estágio? Isso não é a pauta de um único ministério, mas de vários.

Avanços no meio ambiente

O diálogo entre Lula e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nem sempre foi convergente. Ao longo do ano, a pasta perdeu poderes ao ser alijada da administração do Cadastro Ambiental Rural, transferida para o ministério da Gestão e Inovação, e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que passou à Integração Nacional.

Em compensação, Marina liderou o relançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, programa criado por ela em 2004, durante a primeira gestão petista, e extinto em 2019 por Bolsonaro.

Outro ponto importante foi o Plano de Transformação Ecológica apresentado em novembro pela ministra em parceria com Haddad, com seis eixos: finanças sustentáveis, economia circular, adensamento tecnológico, bioeconomia, transição energética e adaptação à mudança do clima.

A questão ambiental ganhou uma importância, uma centralidade inédita na agenda pública brasileira, como nunca tivera. Ganhou mais espaço ainda na agenda da política externa brasileira, que aspira a colocar o Brasil como protagonista importante das negociações internacionais sobre clima, transição energética e proteção da biodiversidade, diz a cientista política Maria Hermínia Tavares, pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP.

Não só o governo está reconstruindo capacidades estatais e instrumentos muito enfraquecidos durante o governo Bolsonaro - com algum êxito em termos da redução do desmatamento - mas foi adiante com o ambicioso Plano de Transição Ecológica, inspirado no Green New Deal europeu e no Inflation Act norte-americano, complementa.

Pedro Luiz Cortês, professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, afirma que os dados sobre a queda do desmatamento são animadores. Ao compararmos o desmatamento ocorrido em 2022 com aquele verificado em 2023, temos uma redução de 52% na área desmatada neste ano. É preciso celebrar isso.

Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, celebra os avanços, mas tem ressalvas. Ele elogiou a captação de mais recursos para o Fundo Amazônia, mas questionou a entrada do Brasil na Opep+, grupo de membros associados à Opep que participam da discussão de políticas internacionais para o setor petrolífero.

A proximidade com o cartel internacional de petróleo vai contra o DNA ecológico do Brasil e a imperiosa necessidade de eliminação dos combustíveis fósseis. Significa que o Brasil está optando por trilhar caminhos da velha economia fóssil do século 20, disse. Para 2024, Bocuhy afirma que o governo deveria buscar a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado e o combate à desertificação da Caatinga e à savanização da Amazônia. Além de garantir proteção aos mais vulneráveis em meio às mudanças climáticas.

Política externa ativa

Ao longo do primeiro ano de mandato, Lula esteve em 24 países, incluindo EUA, Emirados Árabes Unidos, Cabo Verde, China e Índia. No fim de novembro, esteve na Alemanha, onde a última visita de um presidente brasileiro ao país havia sido em 2015, com Dilma Rousseff.

Bolsonaro foi isolacionista e o Lula tenta devolver ao Brasil um protagonismo que ele teve durante seus dois primeiros governos. Isso quer dizer participar de fóruns internacionais, conseguir construir ideias, sugestões de negociações e obter benefícios diversos para os países do Sul Global, avalia Miriam Saraiva, professora de relações internacionais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A conjuntura internacional esteve na agenda brasileira, com a guerra na Ucrânia o conflito entre Israel e Hamas. Em abril, Lula afirmou que Rússia e Ucrânia eram culpadas pela guerra, e que EUA e União Europeia estariam atuando para prolongar o conflito. A declaração foi rebatida por representantes do governo norte-americano e da UE.

A reação foi muito forte e dizendo basicamente que o Brasil não tinha nada a ver com isso. E os parceiros do Brics ficaram quietos. A China se manifestou somando à posição brasileira, mas Índia e África do Sul, não. Não obtivemos resultado nenhum, analisa Saraiva.

No conflito entre Hamas e Israel, a professora da Uerj ressalta que o Brasil está um pouco menos ativo. Houve críticas às violências nos ataques, aos atentados, atuou para ajudar os brasileiros e está focado em negociar e construir a paz. É uma atuação similar à de outras nações e da ONU, em busca do cessar-fogo.

Maria Hermínia Tavares, da USP, ressalta haver duas visões distintas dentro do governo na promoção da política externa brasileira. A primeira acredita que o país deveria escolher os foros de atuação onde tem potencial para ser ouvido, colocando o foco na

questão ambiental ou na redução da fome no mundo. A segunda entende o Brasil como potência emergente e, por isso, avalia que o país deve tratar de grandes temas mundiais, independentemente da sua capacidade efetiva de influir sobre o rumo e as saídas para elas.

Creio que é mais proveitoso para o Brasil limitar-se às questões em relação às quais tem trunfos para se fazer ouvir. A tentativa de atuar no conflito entre Ucrânia e Rússia resulta daquela segunda visão do Brasil potência-emergente. Não deu muito certo, e não se falou mais nisso. No caso do ataque do Hamas à Israel e da invasão do exército israelense à Gaza, foi um pouco diferente. O presidente deu algumas declarações desinformadas e desastradas, mas, na verdade, o que o país fez foi usar sua competente diplomacia para proteger os brasileiros que estavam tanto em Israel como em Gaza, disse.

Outro ponto de destaque é a presidência rotativa do G20, fórum de cooperação econômica internacional entre as principais nações do mundo, até dezembro do ano que vem. Tavares acredita que a oportunidade pode ser importante em avanços para o país, apesar das divergências.

Penso que o Brasil tentará avançar em questões que permitam aos participantes avançar em conjunto. O Brasil nunca se alinhará completamente aos Estados Unidos e União Europeia, e acho que esses países sabem disso. Mas, acho também que tratará de colocar o foco nos pontos de convergência. Se não o fizer, perderá uma oportunidade importante de se apresentar como protagonista confiável.

No acordo entre União Europeia e Mercosul, Lula não conseguiu destravar as desavenças entre os dois blocos. Os países europeus foram muito ativos na eleição do Lula, mas isso não se desdobrou na assinatura do acordo que se arrasta desde 2019, especialmente pela atuação da França. É difícil saber o que vai acontecer a partir de agora, pondera Saraiva.

A questão militar

Lula iniciou seu governo enfrentando uma tentativa de golpe. O 8 de janeiro expôs a relação tensa do novo governo com parte das Forças Armadas, questionadas por não atuarem na contenção do golpistas que atacaram a Praça dos Três Poderes. A situação acirrou uma relação tensa desde a campanha presidencial, quando Lula questionou a politização da caserna.

Depois dos atos golpistas, o general Júlio Cesar Arruda foi exonerado do comando do Exército com

apenas 21 dias no cargo. Membros do governo questionaram a ação do Gabinete de Segurança Institucional, repleto de militares responsáveis pela segurança presidencial - até agosto, 362 militares foram exonerados do órgão, segundo a CNN Brasil.

O governo tem atuado para tentar limitar a presença dos militares na política, inclusive apoiando uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina que o militar federal que se candidatar a um cargo eletivo seja automaticamente transferido para a reserva não remunerada. O texto aguarda análise do plenário do Senado.

Se olharmos a história do país, em alguns momentos os militares se colocam como um Poder Moderador, algo como um quarto poder, e é isso que precisa ser evitado. É uma corrente subterrânea da história brasileira que não desaparece e que emerge às vezes no pior sentido possível. Em algum momento será necessário limitar isso de maneira firme, diz Marcos Nobre.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-primeiro-ano-do-governo-lula-sob-analise,207dc65bc9d284698528d0796f2698752iaasuob.html>

Apesar de incertezas, segundo ano do governo Lula começará com perspectiva positiva para o real

O segundo ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começará com uma perspectiva mais positiva para o câmbio do que há um ano, com especialistas avaliando que, apesar de incertezas em torno do fluxo comercial e das contas públicas, as perspectivas fiscais estão mais favoráveis, enquanto o diferencial de juros entre Brasil e EUA tende a seguir vantajoso.

O dólar já surpreendeu em 2023, quando caminha para fechar o ano abaixo dos 5 reais, com folga, mirando desvalorização de mais de 7%. As cotações estão bem abaixo dos 5,27 reais projetados para o período pela mediana do mercado ao fim de 2022, conforme o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, quando instituições mais pessimistas estimavam taxa de câmbio próxima dos 6 reais.

Agora, para o fim de 2024 a projeção é de dólar a 5,00 reais, e profissionais ouvidos pela Reuters não descartam a possibilidade de a moeda norte-americana atingir patamares ainda mais baixos já nos primeiros meses do ano, apesar dos vários riscos.

O primeiro desafio vem com a força extraordinária do setor agropecuário vista no início deste ano ficando no retrovisor, sem expectativa de que a safra de 2023 se repita, tanto em função da base comparativa elevada quanto em função de fatores climáticos, como um El Niño mais forte que o esperado.

Há ainda incertezas vindas da vizinha Argentina, com o recém-empossado presidente Javier Milei. Suas promessas de retirada de barreiras para algumas exportações podem levar a maior competitividade dos argentinos, pesando sobre a balança comercial brasileira e, consequentemente, sobre o real, disse Lucas Farina, analista econômico da Genial Investimentos, que tem uma projeção de dólar a 5,10 reais ao fim de 2024.

Por outro lado, entre os possíveis impulsos para o real, o Federal Reserve encerrou sua última reunião do ano indicando que o aperto histórico da política monetária nos EUA provavelmente acabou e a maioria das autoridades do Fed projetou que a taxa de juros estará mais baixa em um ano -- o que levou os mercados a

apostarem que os cortes podem começar já em março.

Havendo juros mais baixos ou juros que param de subir, isso sempre ajuda moedas de risco a performar disse Gustavo Menezes, gestor de área macro da AZ Quest, que tem projeção de dólar a 5,00 reais ao fim de 2024.

No Brasil, o Banco Central fez um novo corte de 0,50 ponto percentual na taxa Selic, a 11,75%, em seu último encontro do ano, e afirmou que sua diretoria antevê reduções na mesma intensidade nas próximas reuniões -- contrariando especulações de que poderia haver uma aceleração dos cortes já nos primeiros meses do ano.

É fato que o Banco Central vai continuar cortando a Selic em 50 pontos-base, então o diferencial de juros ainda é razoável para atrair investimentos, disse José Faria Júnior, diretor da consultoria Wagner Investimentos.

Não sei exatamente para onde vai o dólar, mas sei que vai cair, acrescentou, citando possibilidade de a moeda se reaproximar dos 4,80 reais ou até atingir valores menores no primeiro trimestre de 2024.

Quanto maior o diferencial de juros entre o Brasil e as economias avançadas, mais interessante fica o real para uso em estratégias de carry trade, que consistem na tomada de empréstimo em países com taxas baixas e aplicação dos recursos em mercados mais rentáveis.

FISCAL

O outro grande destaque de 2024 será a política fiscal, que há anos tem sido motivo de dor de cabeça para os investidores e continuará dominando a atenção do mercado financeiro em 2024, conforme a equipe econômica do governo, liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se diz empenhada em alcançar a meta de zerar o déficit primário.

A mediana do mercado, no entanto, aponta para um rombo primário de 1,30% do **PIB** no ano que vem,

segundo o mais recente boletim Focus do BC. Leonardo Costa, economista da ASA Investments, pondera que esse cenário já está precificado nos ativos brasileiros, de forma que não deve haveria grande impacto no câmbio se o governo falhar na meta fiscal.

Há um ano, a incerteza era maior, com o novo governo tendo assumido com a promessa de abandonar a regra constitucional do teto de gastos, mas sem ter ainda anunciado o novo arcabouço fiscal, que acabou sendo aprovado pelo Congresso em agosto.

O principal foco ficará então nas discussões sobre possível alteração da meta fiscal, tema que já foi abordado mais cedo este ano, levantando preocupações sobre uma deterioração adicional das contas públicas. Por ora, houve vitória da equipe econômica, que pressionou pela meta de déficit zero e conseguiu sua manutenção na recém-aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

A própria LDO, contudo, prevê regra proposta pelo governo que limita o bloqueio de verbas de ministérios no ano -- o que na prática pode por em risco a meta.

Quando você é um dos países emergentes mais endividados, é com isso que você tem que conviver: metas fiscais sempre sendo questionadas, o governo em busca de credibilidade, e tudo isso impactando o que vai acontecer com o real , disse Menezes, da AZ Quest.

Mas, por mais que tenha muita retórica do próprio presidente (Luiz Inácio Lula da Silva), dos membros da esquerda e do partido do governo, o que tem prevalecido é a agenda do Haddad , acrescentou o economista. Por enquanto as perspectivas são boas.

A principal vitória da equipe econômica até agora, segundo participantes do mercado, foi a aprovação da **reforma tributária** no Congresso, a partir de acordo do governo com parlamentares, em uma votação histórica após décadas de discussão.

Depois da aprovação, a agência de classificação de risco S&P elevou nesta semana a nota de crédito de longo prazo do Brasil para BB , de BB- , afirmando que a **reforma tributária** estende o histórico dos últimos anos de implementação de políticas pragmáticas no país.

Mas ainda estão em aberto o projeto que cria uma taxa para apostas online e uma alternativa a ser apresentada pelo governo à desoneração da folha de pagamento. Como Haddad já deixou claro que todas as propostas do governo são necessárias para equilibrar as contas em 2024, as relações entre

governo e parlamentares também devem ser monitoradas no ano que se aproxima.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/apesar-de-incertezas-segundo-ano-do-governo-lula-comecara-com-perspectiva-positiva-para-o-real,b7eafda98044fa05cc4146649a326b93ifgursnj.html>

Os arautos do novo reformismo - RES PUBLICA

Fernando Abrucio, doutorem ciência política pela USP e professor da Fundação Getúlio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

Não há sistema político perfeito, mas a agenda atual de reformas tende a gerar mais fragmentação, instabilidade e ter como corolário final a produção de um clima propício à demanda por um salvador da pátria autoritário. Quando um problema público se torna de difícil resolução, há anos surge um mantra no país: é preciso fazer uma **reforma política**. Mas, ao contrário do que propaga o senso comum, o Brasil fez várias delas desde a Constituição de 1988. Os resultados dessas transformações foram variados e, na verdade, só podem ser avaliados em sua interligação, e não isoladamente, e por meio da análise de quais são os propósitos dos reformistas. O mudancismo está de volta na boca de importantes lideranças. Duas perguntas se tornam inadiáveis: o que querem os defensores das novas mudanças institucionais e quais os possíveis efeitos de tais alterações?

Para desmascarar a visão de big bang que alimenta o debate da **reforma política**, vale lembrar, de forma sintética, algumas das transformações institucionais pelas quais o país passou desde 1988. Depois de recusar o sistema parlamentarista em plebiscito, em 1993, e consagrar eleições casadas para os planos nacional (presidente e Congresso Nacional) e estadual (governador e Assembleias Legislativas), o ímpeto reformista ficou marcado pela aprovação do instituto da reeleição, no final do primeiro governo FHC, numa toada de fortalecimento do Poder Executivo em todas as esferas federativas.

Mais adiante, a agenda mudancista voltou-se, mais de uma vez, à alteração das regras das medidas provisórias, numa busca de equilíbrio dos Poderes. Houve ainda reformas para tentar reduzir a corrupção eleitoral, como a Lei da Ficha Limpa e posteriormente a decisão do STF que restringiu fortemente o financiamento privado de campanhas. No plano do sistema eleitoral, houve a alteração do modelo de coligações eleitorais e da representação congressual dos partidos. Em menor medida, ocorreram também reformas do Sistema de Justiça, como a criação do CNJ e mesmo a mudança da aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo - que são obrigados a se aposentar aos 75 anos de idade (antes

era aos 70).

Por fim, o que mais chamou a atenção nos últimos anos foram reformismos vinculados ao fortalecimento do Congresso Nacional frente ao Executivo federal. Nesta lista estão, principalmente, a modificação da legislação sobre vetos presidenciais e um conjunto de leis destinadas a ampliar o poder de emendas dos congressistas. No contexto dessa onda reformista pró-Legislativo, vicejam hoje três propostas: a primeira diz respeito às alterações na governança do STF, como o fortalecimento de sua colegialidade e, sobretudo, a criação de mandatos aos ministros do Supremo; a segunda se refere à proposição do fim da reeleição para os cargos do Executivo; e, finalmente, como a medida mais ampla desse pacote, a adoção do semipresidencialismo.

O conjunto das reformas políticas feitas pelo país nos últimos 30 anos pode ser classificado em três tipos, que em boa medida representam três ondas mudancistas. O primeiro tipo é o do reformismo em prol do poderio do Executivo, hegemônico durante os anos 1990 e 2000, que visava dar maior capacidade governativa e estabilidade ao país depois de dois períodos bastante conturbados da rede-mocratização - os governos Sarney e Collor. Depois, como segunda tipologia, vem uma lista de diversas mudanças institucionais visando aperfeiçoar a representação e a accountability democrática, como são os casos de alterações no sistema eleitoral, de aperfeiçoamentos no Sistema de Justiça, de combate à corrupção ou mesmo modificações que ampliaram a participação da sociedade civil no jogo democrático e nas políticas públicas.

A tipologia que melhor descreve a atual onda mudancista é uma terceira: ela diz respeito a transformações voltadas ao fortalecimento do Congresso Nacional vis-à-vis o Poder Executivo, além de gerar um movimento centrífugo de reforço do sentido individual do mandato dos parlamentares. Interessante notar que a reforma eleitoral aprovada em 2017 visava reduzir o número de partidos e incentivar uma lógica política mais centrípeta, porém, as reformas do emendismo venceram esse jogo, gerando um modelo mais baseado no corporativismo parlamentar e, ao mesmo tempo, na sua expressão mais individualista e fragmentada de representação.

As propostas reformistas atuais têm nesta terceira onda um importante balizador. Com uma feição que combina corporativismo e individualismo parlamentar, o vetor pró-Legislativo é o que explica, em parte, o caminho de reformas que está sendo proposto. Entretanto, há algo além disso: parte da explicação da motivação para o novo ímpeto mudancista está na polarização bolsonarista e no seu projeto antidemocrático.

O bolsonarismo tem um projeto de oposição muito claro: atuar não somente contra o governo lulista, mas também contra elementos da estrutura institucional, com o objetivo de fragmentar o poder e, no limite, desestabilizá-lo. O ataque ao Supremo não tem como motivação apenas uma revanche contra a reação de alguns de seus ministros diante do projeto de golpe de Estado comandado pelo presidente Bolsonaro. Também há uma percepção de que o enfraquecimento do STF é uma forma de ter menos empecilhos para futuros caminhos autoritários numa possível volta ao poder dos bolsonaristas e seus satélites - e infelizmente parte da direita virou apenas um apêndice mais limpinho do bolsonarismo.

O semipresidencialismo e o fim da reeleição, à primeira vista, teriam um sentido oposto ao desejado pelo bolsonarismo. Afinal, seriam formas mais favoráveis tanto ao fortalecimento do Congresso frente ao Executivo, como ao enfraquecimento de líderes locais que têm sido reeleitos e criado um poderio próprio, mas que com a possibilidade de um só mandato se tornariam mais dependentes dos deputados federais. Eis aqui o sentido da agenda de reformas do Centrão. É um modelo lógico que deriva da força adquirida pelo mudancismo emendista.

Entretanto, a profundidade dessas duas reformas e seus efeitos sistêmicos são muito mais amplos e incertos do que aumentar a fatia dos parlamentares no Orçamento da União. Há grandes chances de essa agenda reformista gerar dois resultados indesejáveis aos líderes do Centrão. O primeiro é aumentar a responsabilidade governativa do Congresso Nacional sem que ele tenha um mandato referendado diretamente e nacionalmente pelo eleitorado. O impacto da pressão social que advirá desse descompasso tenderá a ser enorme. Países que adotaram o semipresidencialismo têm partidos nacionais muito mais fortes e enraizados na sociedade.

Desse modo, o primeiro resultado indesejável dessa agenda reformista, especialmente uma possível instalação do semipresidencialismo, pode ser o aumento da instabilidade governativa, tal qual houve no período Sarney, o que gerou demandas por salvadores da pátria. Advinha quem mais se

interessaria por uma situação que gerasse pressões antissistêmicas e por uma liderança popular forte, quiçá com contornos mais autoritários? Muitos dos líderes democráticos que acham o semipresidencialismo ética e esteticamente melhor do que o presidencialismo de coalizão podem estar chocando o ovo da serpente.

Outro resultado indesejável advém de um possível fim da reeleição. Acredita-se que tal medida reduziria os abusos do governante de plantão e abriria mais portas à alternância e a novos quadros. Quem pensa de tal maneira se esquece que, antes, a luta se dava internamente aos grupos de uma forma fratricida, o que gerava um uso ainda mais indiscriminado dos instrumentos do poder. Vale recordar da frase do governador paulista Orestes Quércia quando elegeu o inexpressivo Fleury Filho: quebrei o Estado, mas elegi meu sucessor.

É uma ilusão pensar que o fim da reeleição e o mandato de cinco anos vão disciplinar o uso eleitoral das armas governamentais. Não era assim antes, e nada diz que o será num contexto de aumento do clientelismo com a ascensão do Centrão e de fortalecimento do autoritarismo com a emergência do bolsonarismo. Além disso, e não menos importante, criou-se um recall em relação ao segundo mandato, expondo todas as problemas e podres do incumbente, o que o tornou necessariamente mais accountable, mesmo com todos os problemas vinculados à utilização da máquina pública.

Não há sistema político perfeito, mas a agenda atual de reformas tende a gerar mais fragmentação, instabilidade, dificuldade de responsabilização e, o pior de tudo, ter como corolário final a produção de um clima propício à demanda por um salvador da pátria autoritário. Se as reformas iniciadas na década de 1990 juntavam principalmente as forças advindas da redemocratização, especialmente tucanos e petistas, a proposição atual advém de grupos muito menos preocupados com o aperfeiçoamento da democracia. Isso deveria ser levado em conta antes de qualquer debate reformista.

Reformas institucionais mais profundas só devem ser feitas em situações de ampla legitimidade, com base em evidências e tendo como parâmetro o efeito sistêmico das mudanças. Afinal, o semipresidencialismo valerá para todos os três entes federativos? Qual seria a consequência do descasamento do mandato do presidente em relação aos congressistas? Qual eleitor seria o centro das decisões, o do ano da disputa presidencial ou o da data da eleição legislativa?

A resposta a essas perguntas mostra o grau de

incerteza que o país pode estar semeando. E o provável vencedor desse reformismo pode não ser a democracia.

Fernando Abrucio, doutorem ciência política pela USP e professor da Fundação Getúlio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187747>

Mais dívidas para Estados e municípios (Editorial)

O governo Lula da Silva tem dado indícios de que pretende retomar a política perigosa de estímulo ao endividamento de Estados e municípios. Segundo informações do jornal Valor, o volume total de garantias liberadas pela União para crédito aos entes federativos atingiu R\$ 17,41 bilhões até agosto, quase três vezes mais que no mesmo período do ano passado.

A liberação de garantias pela União é essencial para que Estados e municípios possam tomar empréstimos. Ao contrário do governo federal, Estados e municípios não têm autonomia para emitir dívida própria e precisam do apoio da União para conseguir crédito em instituições financeiras e organismos internacionais. Com esse aval, no entanto, a União se compromete a arcar com as dívidas em caso de inadimplência.

Nem sempre foi assim. Até o fim da década de 1990, os Estados utilizavam seus próprios bancos estaduais para financiar seus déficits, via financiamentos e absorção de títulos públicos.

Quando essa situação ficou completamente fora de controle e ameaçou a solidez do sistema financeiro nacional e até o controle da **inflação**, o governo federal teve de fazer uma renegociação e assumir esses passivos; em contrapartida, os Estados concordaram em privatizar bancos e distribuidoras de energia.

Desde então, Estados e municípios precisam cumprir alguns requisitos mínimos para se endividar. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece alguns limites, como o gasto com pessoal, que não pode superar 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Já o Ministério da Fazenda avalia a capacidade de pagamento (Capag) de cada ente federativo e os classifica com notas A, B, C e D.

À exceção da Bahia, todos os Estados tiveram nota igual ou pior entre 2022 e 2023. Se não houve melhora, o que justificou um volume tão expressivo de garantias liberadas de um ano para o outro? De acordo com o Valor, parte dos novos contratos de garantia assinados pela União tomou como base as notas de Capag de 2022 - ano em que a arrecadação dos Estados ainda não havia sido afetada pela mudança na legislação de ICMS de combustíveis e energia, que fez com que as receitas despencassem

mais recentemente.

Ainda que a liberação das garantias tenha sido acelerada neste ano, muitos dos recursos emprestados por bancos e organismos internacionais só chegarão aos Estados e municípios em 2024.

Isso, por si só, já ensejaria alguma desconfiança.

É inegável que o reforço no caixa de governadores e prefeitos poderá influenciar os resultados das eleições locais, haja vista que muitas dessas operações devem financiar investimentos em obras de infraestrutura.

O pior, no entanto, é que a capacidade de pagamento dos Estados e municípios não foi adequadamente aferida pela União nessas operações. No mercado financeiro, diz-se que retorno passado não é garantia de ganho futuro; no caso das novas leis de ICMS sobre combustíveis e energia, no entanto, pode-se cravar, com toda a certeza, que a arrecadação do passado nunca mais se repetirá.

Logo, ela jamais deveria ter sido considerada na liberação de garantias para operações de crédito.

Uma avaliação inadequada sobre o risco dessas operações pode expor a União a riscos nada triviais, como mostram as crises que ocorreram na história recente. Depois de estimular abertamente o endividamento dos Estados e municípios entre 2012 e 2014 e liberar quase R\$ 140 bilhões em garantias, a União tomou diversos calotes e teve de arcar com R\$ 33 bilhões entre 2016 e 2020.

Mais recentemente, os processos de aferição dos indicadores foram aperfeiçoados e ganharam mais credibilidade e transparência, mas as liberações recentes mostram que ainda há espaço para melhorias. É preciso privilegiar os bons pagadores e, sobretudo, os governadores e prefeitos que agem de forma responsável e ajustam suas despesas para obter novos financiamentos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também cumpriria importante papel se não desse guarida aos Estados e municípios que apelam ao Judiciário para impedir a União de executar contragarantias quando deixam de honrar suas obrigações.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comissão mista aprova fundo eleitoral recorde, de R\$ 4,9 bilhões, para 2024

IANDER PORCELLA GIORDANNA NEVES

A Comissão Mista de Orçamento aprovou um fundo eleitoral para a disputa municipal de 2024 com valor turbinado.

O relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), apresentou texto definindo que o fundo terá R\$ 4,9 bilhões, cifra recorde para uma campanha municipal.

O valor equivale ao utilizado na eleição presidencial, de governadores, deputados e senadores no ano passado. Na eleição municipal de 2020, o fundo chegou a R\$ 2 bilhões.

Os recursos do fundo são retirados inteiramente da verba pública (Tesouro Nacional) e destinados aos partidos em anos eleitorais para bancar as campanhas de seus candidatos, como viagens, cabos eleitorais e material de divulgação.

Para assegurar o montante aos partidos no pleito do próximo ano, o relator retirou parte das emendas parlamentares que destinavam recursos a redutos eleitorais indicados pelas bancadas partidárias.

O total retirado por Motta dessas emendas foi de R\$ 4 bilhões a fim de incrementar o valor do chamado "fundo". A proposta original do governo previa, inicialmente, apenas R\$ 939,3 milhões para sustentar as disputas a prefeito e vereador no ano que vem.

Motta ficou responsável por definir de onde transferiria recursos para aumentar o fundo.

Isso porque o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), retirou do parecer final o dispositivo que previa que eventual verba extra para as campanhas deveria ser custeada por emendas de bancada estadual.

MÁXIMO. Forte apenas fixou um valor máximo para o fundo em torno de R\$ 5 bilhões, mais próximo daquele que defendem os deputados e presidentes dos partidos. Já os senadores e o próprio governo defendiam um valor em torno de R\$ 2,5 bilhões, que seria equivalente ao valor destinado à campanha municipal de 2020 mais a inflação.

A cifra inferior a R\$ 1 bilhão definida originalmente pelo governo federal foi mal recebida no Congresso. Boa parte dos partidos prometera articular-se para elevar o valor.

Além dos recursos do fundo eleitoral, as legendas ainda contam com reforço de caixa do fundo partidário. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a proposta de orçamento da Justiça Eleitoral para 2024 com previsão de R\$ 1,2 bilhão para esse segundo fundo.

A Corte estimou que para o pleito municipal os partidos não precisariam do mesmo montante consumido na disputa de 2022.

Segundo cálculos do TSE, seriam necessários R\$ 1,4 bilhão para custear as despesas de campanha nos 5.570 municípios, valor bem menor do que a Comissão de Orçamento decidiu destinar ao fundo. Esse é o valor da eleição em si, que inclui a estrutura eleitoral, e não conta o valor gasto pelos partidos nas campanhas eleitorais.

A disputa pelo valor do fundo se arrastou durante o semestre.

Em agosto, o Congresso aprovou uma regra - o arcabouço fiscal - que substituiu o teto de gastos vigente desde a gestão de Michel **Temer**. Ambas as regras tem como objetivo refrear o desembolso do Executivo. A ganância nas campanhas eleitorais, entretanto, está garantida.

Disputa

O governo defendia um teto de R\$ 2,5 bilhões para o "fundo", equivalente ao valor de 2020, corrigido

DADOS

R\$ 1,4 bilhão

é o custo da eleição, segundo cálculos da Justiça Eleitoral

5.570

é o número de municípios do país, que realizarão eleições no ano que vem

R\$ 939,3 mi

era o valor do fundo eleitoral previsto na proposta inicial do governo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

UE fecha acordo para reduzir déficit e conter dívida

Os governos da União Europeia (UE) concordaram com novas regras para reduzir os déficits e a dívida pública, após anos de gastos livres durante a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia. As normas dão aos países mais tempo para o corte dos déficits orçamentários para a meta de 3% do **PIB**, incentivam certos tipos de investimentos a partir do déficit de um país e estimulam os países a reduzir sua dívida pública de forma mais gradual. Também dão mais espaço aos governos para afrouxarem temporariamente a política fiscal durante as recessões.

Para salvaguardar os investimentos necessários ao combate às mudanças climáticas em um momento de aumento das taxas de juros, as novas regras permitem um período de transição até 2027. Durante os próximos dois anos, os governos encarregados de reduzir os seus déficits conseguirão manter níveis mais elevados de gastos com investimento, descontando os custos adicionais de financiamento que enfrentam.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>